

CONCORRÊNCIA CGA nº 90004/2026

CONTRATANTE

Secretaria de Estado da Saúde

OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial e gerenciamento de tecnologias em saúde para as unidades que compõem o Módulo Sul I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (referencial)

R\$ 307.840.122,85 (trezentos e sete milhões, oitocentos e quarenta mil, cento e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 03/07/2026, às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

MODO DE DISPUTA:

fechado e aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO**

SUMÁRIO

1. OBJETO
2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
4. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
5. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
6. FASE DE JULGAMENTO
7. FASE DE HABILITAÇÃO
8. RECURSOS
9. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
10. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
11. DISPOSIÇÕES GERAIS

CONCORRÊNCIA CGA Nº 90004/2026

Processo SEI nº 024.00187002/2025-83

Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, - Coordenadoria Geral de Administração, CNPJ nº 46.374.500/0252-60, sediada na Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, nº 188, 3º andar, Jardim América, São Paulo, SP, realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, do Decreto Estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos que compõem este instrumento.

O Edital poderá ser obtido nos endereços eletrônicos <http://www.doe.sp.gov.br>, <https://pncp.gov.br> e <https://saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/licitacoes-cgaobras/relacao-de-licitacoes/>

A versão completa contendo as especificações e demais documentos técnicos relacionados à contratação, poderá ser obtida no endereço eletrônico <https://saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/licitacoes-cgaobras/relacao-de-licitacoes/>.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial, preditiva, preventiva, corretiva, emergencial e de assistência técnica das instalações e áreas físicas e gerenciamento de tecnologias em saúde e de equipamentos médicos hospitalares das unidades que compõem o Módulo Sul I, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços, todos no Estado de São Paulo:

Para os serviços de manutenção predial

1.2.1. Hospital Regional Sul, Rua General Roberto Alves de Carvalho Filho, 270, São Paulo

1.2.2. Hospital e Maternidade Interlagos, Rua Leonor Alvin, 211, Jardim Leblon, São Paulo

1.2.3. Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, Avenida Dante Pazzanese, 500, São Paulo

1.2.4. CSI Pinheiros, Rua Ferreira de Araújo, 789, São Paulo

1.2.5. Centro de Distribuição e Logística (CDL), Rua Padre Carvalho, 496, São Paulo

1.2.6. Hospital Guilherme Álvaro, R. Oswaldo Cruz, 197, Boqueirão, Santos

1.2.7. Departamento Regional de Saúde DRS IV Santos, Av. Dr. Eptácio Pessoa, 415, Aparecida, Santos

1.2.8. CLR IAL IX Santos, Rua Silva Jardim, 90, Vila Nova, Santos

1.2.9. NAOR/VETORES, Rua João Ramalho, 587, Centro, São Vicente

1.2.10. Instituto de Infectologia Emilio Ribas e residência médica, Av. Dr. Arnaldo, 165, Pacaembu, São Paulo

1.2.11. Departamento Regional de Saúde DRS XII e NAOR Registro, Rodovia Empeí Hiraide, SP 139, km 2.4, Jardim Hator, Registro

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 1.2.12. Departamento Regional de Saúde DRS XVI e NAOR Sorocaba, R. Direitos Humanos, 123, Jardim do Paço, Sorocaba
- 1.2.13. CLR IAL XI Sorocaba, Rua Julio Hanser, 49, Jardim Faculdade, Sorocaba
- 1.2.14. NAOR 26 Sorocaba, Rua João Gabriel Mendes, 1598, Jardim Maria do Carmo, Sorocaba
- 1.2.15. NAOR/VETORES Sorocaba, R. Adail França, 75, Parque Santa Isabel, Sorocaba

Para os serviços de manutenção de equipamentos de engenharia clínica

- 1.2.16. Hospital Regional Sul, Rua General Roberto Alves de Carvalho Filho, 270, São Paulo
- 1.2.17. Hospital e Maternidade Interlagos, Rua Leonor Alvin, 211, Jardim Leblon, São Paulo
- 1.2.18. Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, Avenida Dante Pazzanese, 500, São Paulo
- 1.2.19. Hospital Guilherme Álvaro, R. Oswaldo Cruz, 197, Boqueirão, Santos
- 1.2.20. Instituto de Infectologia Emilio Ribas e residência médica, Av. Dr. Arnaldo, 165, Pacaembu, São Paulo
- 1.3. Trata-se de serviços contínuos, portanto serão prestados ininterruptamente.
- 1.4. A presente contratação enquadra-se como serviços especiais de engenharia, de caráter contínuo, com disponibilização de mão de obra, sem regime de dedicação exclusiva.
- 1.5. A licitação será realizada em grupo único, formados por itens, conforme Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.6. Fica estabelecida a forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.
- 1.7. O valor total estimado para a execução do objeto é R\$ 307.840.122,85 (trezentos e sete milhões, oitocentos e quarenta mil, cento e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos)

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.4. Considerando o valor estimado do objeto desta licitação, não se aplicam a este

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

certame as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. No que concerne aos itens 2.5.2 e 2.5.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012

2.11. Nenhuma licitante poderá participar desta concorrência com mais de uma proposta.

2.12. A licitante assume todos os custos de elaboração e apresentação dos documentos de habilitação e das propostas técnica e de preços exigidos nesta concorrência, não sendo o Contratante, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do presente processo licitatório.

3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. A falsidade da declaração de que tratam os itens 3.3.2. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

- 3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

4. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor unitário e total do item.
- 4.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a comissão de contratação e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme permissivo contido no art. 57 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

5.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "fechado e aberto", segundo o qual poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.11.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem acima, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.11.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e,

após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a comissão de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.6. Após o reinício previsto no subitem acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com a comissão de contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a comissão de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela comissão de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

5.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do §1º do

art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.18.5.2. empresas brasileiras;

5.18.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.18.6. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.18.7. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital, definido para a contratação, a comissão de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

5.19.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.3. A comissão de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.4. É facultado à comissão de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério da comissão de contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

5.20. Após a negociação do preço, a comissão de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a comissão de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 2.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 6.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 6.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal CADIN, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.
- 6.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a comissão de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.5. Verificadas as condições de participação, a comissão de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 6.5.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, a comissão de contratação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.5.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 4.2, a comissão de contratação passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7.
- 6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.6.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus anexos;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

6.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

6.6.6. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto no subitem subsequente.

6.6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência da comissão de contratação, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

6.6.7. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.7. Em acréscimo às disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

6.7.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo VII deste Edital.

6.7.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração, conforme Anexo VII deste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no §5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.10.1. O ajuste de que trata o subitem acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7. FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo VI.

7.1.3. Para participação de pessoas jurídicas em consórcio, para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

7.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. A não observância do disposto no subitem acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da comissão de contratação.

7.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo 1.2 somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

7.11.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade

jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a comissão de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 7.9.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

8. RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico www.sei.sp.gov.br.

9. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação durante o certame;

9.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

9.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a Resolução SS nº 65, de 1 de abril de 2024, que integra este instrumento no Anexo III, e aplicada após regular processo administrativo.

9.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

9.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 9.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.2., 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, e 9.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11 e 9.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 9.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

9.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e

contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

9.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

9.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

9.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

10. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: cga-obras@saude.sp.gov.br

10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

10.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no site <https://saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/licitacoes-cgaobras/relacao-de-licitacoes/>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

10.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 11.2.

11.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo II.

11.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6 deste Edital.

11.2.1.5. Constituem, igualmente, condições para a celebração da contratação:

11.2.1.5.1. a apresentação dos documentos que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

11.2.1.5.2. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

11.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.2.2.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no §7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Será divulgado termo da sessão pública no sistema eletrônico.

11.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela comissão de contratação.

11.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.8. Os casos omissos serão solucionados pela comissão de contratação.

11.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.11. No julgamento das propostas e da habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública desta licitação.

11.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

11.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

11.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site <https://saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/licitacoes-cgaobras/relacao-de-licitacoes/>.

11.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

11.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I – Projeto Básico

ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO I.2 - Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Termo de Contrato

ANEXO II.1 - Termo de Ciência e de Notificação TCESP

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo II.2 - Declaração de documentos à disposição do TCESP

ANEXO III – Resolução SS nº 65, de 1 de abril de 2024

ANEXO IV - Modelo de planilha de proposta

ANEXO V - Modelo de declaração exigida para habilitação

ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia;

ANEXO VI.1 - Declaração de conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação precedida de vistoria

ANEXO VI.2 - Declaração de conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação

ANEXO VI.3 - Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

ANEXO VII – Matriz de risco predial

ANEXO VIII – Matriz de risco clínica

ANEXO IX - Planilha orçamentária;

São Paulo, de 26 de maio de 2026

JUAN CARLOS DANS SANCHEZ

Coordenador da CGA

ANEXO I
PROJETO BÁSICO

Vide o conteúdo específico deste anexo no site:

<https://saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/licitacoes-cgaobras/relacao-de-licitacoes/>

ANEXO I.1
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Vide o conteúdo específico deste anexo no site:

<https://saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/licitacoes-cgaobras/relacao-de-licitacoes/>

ANEXO I.2
TERMO DE REFERÊNCIA

Vide o conteúdo específico deste anexo no site:

<https://saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/licitacoes-cgaobras/relacao-de-licitacoes/>

ANEXO II
MODELO DE TERMO DE CONTRATO
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CONTRATO Nº/2026, CELEBRADO ENTRE O
ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E
.....

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, Coordenadoria Geral de Administração, com sede na Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, nº 188, 3º andar, Jardim América, São Paulo, SP, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CNPJ nº 46.374.500/0252-60, neste ato representado pelo Coordenador da CGA, JUAN CARLOS DANS SANCHEZ, CPF nº CPF 093.874.428-37, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado CONTRATANTE, e, CNPJ/MF nº, sediado na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por, (cargo), CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 024.00187002/2025-83 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência CGA nº90004/2026, mediante as condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1.O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial, preditiva, preventiva, corretiva, emergencial e de assistência técnica das instalações e áreas físicas e gerenciamento de tecnologias em saúde e de equipamentos médicos hospitalares das unidades que compõem o Módulo Sul I, nos endereços abaixo descritos.

1.1.1. Para os serviços de manutenção predial

1.1.1.1. Hospital Regional Sul, Rua General Roberto Alves de Carvalho Filho, 270, São Paulo

1.1.1.2. Hospital e Maternidade Interlagos, Rua Leonor Alvin, 211, Jardim Leblon, São Paulo

1.1.1.3. Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, Avenida Dante Pazzanese, 500, São Paulo

1.1.1.4. CSI Pinheiros, Rua Ferreira de Araújo, 789, São Paulo

1.1.1.5. Centro de Distribuição e Logística (CDL), Rua Padre Carvalho, 496, São Paulo

1.1.1.6. Hospital Guilherme Álvaro, R. Oswaldo Cruz, 197, Boqueirão, Santos

1.1.1.7. Departamento Regional de Saúde DRS IV Santos, Av. Dr. Eptácio Pessoa, 415, Aparecida, Santos

1.1.1.8. CLR IAL IX Santos, Rua Silva Jardim, 90, Vila Nova, Santos

1.1.1.9. NAOR/VETORES, Rua João Ramalho, 587, Centro, São Vicente

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 1.1.1.10. Instituto de Infectologia Emilio Ribas e residência médica, Av. Dr. Arnaldo, 165, Pacaembu, São Paulo
- 1.1.1.11. Departamento Regional de Saúde DRS XII e NAOR Registro, Rodovia Empei Hiraide, SP 139, km 2.4, Jardim Hator, Registro
- 1.1.1.12. Departamento Regional de Saúde DRS XVI e NAOR Sorocaba, R. Direitos Humanos, 123, Jardim do Paço, Sorocaba
- 1.1.1.13. CLR IAL XI Sorocaba, Rua Julio Hanser, 49, Jardim Faculdade, Sorocaba
- 1.1.1.14. NAOR 26 Sorocaba, Rua João Gabriel Mendes, 1598, Jardim Maria do Carmo, Sorocaba
- 1.1.1.15. NAOR/VETORES Sorocaba, R. Adail França, 75, Parque Santa Isabel, Sorocaba

1.1.2. Para os serviços de manutenção de equipamentos de engenharia clínica

- 1.1.2.1. Hospital Regional Sul, Rua General Roberto Alves de Carvalho Filho, 270, São Paulo
- 1.1.2.2. Hospital e Maternidade Interlagos, Rua Leonor Alvin, 211, Jardim Leblon, São Paulo
- 1.1.2.3. Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, Avenida Dante Pazzanese, 500, São Paulo
- 1.1.2.4. Hospital Guilherme Álvaro, R. Oswaldo Cruz, 197, Boqueirão, Santos
- 1.1.2.5. Instituto de Infectologia Emilio Ribas e residência médica, Av. Dr. Arnaldo, 165, Pacaembu, São Paulo

1.1.3. Além das disposições do presente instrumento, o objeto deverá ser executado conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência e do Projeto Básico, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Projeto Básico
 - 1.2.1. O Termo de Referência
 - 1.2.2. O edital da licitação;
 - 1.2.3. A proposta do Contratado; e
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da data da ordem de início dos serviços, prorrogável por igual período, até a vigência máxima decenal, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das

prorrogações do prazo de vigência.

2.3. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.5. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.8. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas leis orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.9. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas nesta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

(art. 92, IV, VII e XVIII)

1.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto.

4.3. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto: acabamentos, serviços gerais, estrutura, carpintaria, projetos, apoio administrativo, consultoria técnica, infraestrutura, serviços de informática, consultoria jurídica, serviços de recursos humanos, transporte e aluguel de equipamentos.

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.5.1. Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

4.5.2. Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;

4.5.3. Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.5.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;

4.5.5. Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;

4.5.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.6. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.

4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constituem parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada na subdivisão subsequente.

7.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se em preços referenciais históricos e orçamentos internos.

7.3. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice FIPE divulgado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto Estadual 27.133/1987, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.6. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.7. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

7.8. Caso o índice estabelecidos para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico e no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 05 (cinco) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8.1.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, caso haja previsão nos instrumentos da contratação de que o serviço seja executado nas dependências do Contratante, ou em local por ele designado;

8.1.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, quando for o caso, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;

8.1.20. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:

a) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

b) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;

c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

d) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Projeto Básico e do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.1.22. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.23. Realizar os serviços contratados, nas áreas físicas das unidades que compõem o Módulo Sul I, todas no Estado de São Paulo:

Para os serviços de manutenção predial

9.1.23.1. Hospital Regional Sul, Rua General Roberto Alves de Carvalho Filho, 270, São Paulo

9.1.23.2. Hospital e Maternidade Interlagos, Rua Leonor Alvin, 211, Jardim Leblon, São Paulo

9.1.23.3. Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, Avenida Dante Pazzanese, 500, São Paulo

9.1.23.4. CSI Pinheiros, Rua Ferreira de Araújo, 789, São Paulo

9.1.23.5. Centro de Distribuição e Logística (CDL), Rua Padre Carvalho, 496, São Paulo

9.1.23.6. Hospital Guilherme Álvaro, R. Oswaldo Cruz, 197, Boqueirão, Santos

9.1.23.7. Departamento Regional de Saúde DRS IV Santos, Av. Dr. Eptácio Pessoa, 415, Aparecida, Santos

9.1.23.8. CLR IAL IX Santos, Rua Silva Jardim, 90, Vila Nova, Santos

9.1.23.9. NAOR/VETORES, Rua João Ramalho, 587, Centro, São Vicente

9.1.23.10. Instituto de Infectologia Emilio Ribas e residência médica, Av. Dr. Arnaldo, 165, Pacaembu, São Paulo

9.1.23.11. Departamento Regional de Saúde DRS XII e NAOR Registro, Rodovia Empei Hiraide, SP 139, km 2.4, Jardim Hator, Registro

9.1.23.12. Departamento Regional de Saúde DRS XVI e NAOR Sorocaba, R. Direitos Humanos, 123, Jardim do Paço, Sorocaba

9.1.23.13. CLR IAL XI Sorocaba, Rua Julio Hanser, 49, Jardim Faculdade, Sorocaba

9.1.23.14. NAOR 26 Sorocaba, Rua João Gabriel Mendes, 1598, Jardim Maria do Carmo, Sorocaba

9.1.23.15. NAOR/VETORES Sorocaba, R. Adail França, 75, Parque Santa Isabel, Sorocaba

Para os serviços de manutenção de equipamentos de engenharia clínica

9.1.23.16. Hospital Regional Sul, Rua General Roberto Alves de Carvalho Filho, 270, São Paulo

9.1.23.17. Hospital e Maternidade Interlagos, Rua Leonor Alvin, 211, Jardim Leblon, São Paulo

9.1.23.18. Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, Avenida Dante Pazzanese, 500, São Paulo

9.1.23.19. Hospital Guilherme Álvaro, R. Oswaldo Cruz, 197, Boqueirão, Santos

9.1.23.20. Instituto de Infectologia Emilio Ribas e residência médica, Av. Dr. Arnaldo, 165, Pacaembu, São Paulo

9.1.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida do Contratado, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou do novo fornecedor que continuará a execução dos serviços;

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.1.25. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado;

9.1.25.1. Considerando que o objeto da contratação envolve a elaboração de projeto relativo a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão de todos os direitos patrimoniais a que se refere a subdivisão anterior inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra, nos termos do § 1º do art. 93 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.26. Manter seus profissionais nos horários predeterminados na documentação que integra este Contrato;

9.1.27. Apresentar seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá;

9.1.28. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal de seus profissionais que adentrarão no órgão para a execução do objeto da contratação;

9.1.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.1.30. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.1.31. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;

9.1.32. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.33. Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;

9.1.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.1.35. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme a(s) área(s) de atuação prevista(s) no Projeto Básico, em plena validade;

9.1.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.1.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.1.38. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Decreto estadual nº 66.819, de 2022, proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

9.1.39. Comprovar a procedência legal de produtos ou subprodutos florestais que sejam utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação da documentação indicada no Projeto Básico, conforme o caso;

9.1.40. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

9.1.41. Dar pleno cumprimento ao disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

9.1.42. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente CONAMA, nos seguintes termos:

9.1.42.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso;

9.1.42.2. Nos termos dos artigos 3º e 10 da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.1.42.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

9.1.42.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

9.1.42.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.42.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.42.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

9.1.42.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, ABNT NBR nºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

9.1.43. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.43.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

9.1.43.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

9.1.44. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, conforme tenha sido disciplinado no Projeto Básico e em conformidade com o previsto na planilha de formação de preços que integra este instrumento;

9.1.45. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes:

9.1.45.1. de qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços;

9.1.45.2. do uso indevido de patentes ou outros direitos de propriedade intelectual de terceiros;

9.1.45.3. de danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços executados;

9.1.46. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente autorizados pela fiscalização e sob custas do Contratado, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam, necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações do Projeto Básico e do Termo de Referência;

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade _____, no valor de R\$_____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/anual do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

11.1.1. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.2. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.2.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

11.2.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no §2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021;

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.2.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.4.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.4.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado;

11.4.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.5. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.5.1. Caso fortuito ou força maior;

11.5.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.5.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

11.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.8. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.8.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.8.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.9. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.10. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.11. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.13. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.14. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência/Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

12.2.4. **Multa:** Calculada em conformidade com a Resolução SS nº 65, de 1 de abril de 2024, constante do Anexo III

12.2.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em

todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.12. O descumprimento pelo Contratado das obrigações previstas nos incisos I e II do artigo 11 do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou nos incisos I e II do artigo 9º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

1. Gestão/Unidade:
2. Fonte de Recursos:
3. Programa de Trabalho:
4. Elemento de Despesa:
5. Plano Interno:
6. Nota de Empenho

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, de de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO II.1
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(Contratos)

CONTRATANTE: Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria Geral de Administração

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (de origem): /2026 - Concorrência CGA nº 90004/2026 Processo SEI nº 024.00187002/2025-83

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial, preditiva, preventiva, corretiva e emergencial e de assistência técnica e das instalações e áreas físicas e gerenciamento de tecnologias em saúde e de equipamentos médicos hospitalares das unidades que compõem o Módulo Sul I.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, de de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Nome: ELEUSES VIEIRA DE PAIVA

Cargo: Secretário de Estado

CPF nº

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo: Chefe de Gabinete

CPF nº

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo Contratante:

Nome:

Cargo: Coordenador da CGA

CPF nº

Assinatura: _____

Pela Contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo: Coordenador da CGA

CPF nº

GESTOR DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Parecer Jurídico: Procuradoria Geral do Estado

ANEXO II.2
DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: COORDENADORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

CNPJ Nº 46.374.500/0252-60

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (de origem):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial, preditiva, preventiva, corretiva e emergencial e de assistência técnica e das instalações e áreas físicas e gerenciamento de tecnologias em saúde e de equipamentos médicos hospitalares das unidades que compõem o Módulo Sul I

VALOR (R\$):

Declaramos, na qualidade de responsáveis pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

São Paulo, de de 2026.

ANEXO III

RESOLUÇÃO SS Nº 65, DE 1 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o procedimento, no âmbito da Secretaria da Saúde, visando à aplicação de sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei federal nº 14.133/2021, e dá as providências correlatas

O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

RESOLVE:

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

I – advertência;

II – multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 3º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

II.1 – Da Advertência

Artigo 4º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

II.2 – Da Multa

Artigo 5º - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 6º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa demora, nos termos do art. 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

§ 1º - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

§2º- Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

§ 3º – No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no mês em que houve o descumprimento da obrigação.

Artigo 7º - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

Artigo 8º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESPs, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Artigo 11 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pelo contratado, da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

II.3 - Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 12 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do "caput" do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

II - por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

§ 1º - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

§ 2º - A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

II.4 - Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 13 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do "caput" do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o "caput" deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do "caput" do artigo 155 da LLCA, A ("comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza"), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Artigo 14 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 15 - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

Artigo 16 - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Chefe de Gabinete, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Chefia de Gabinete para fins de avaliação do seu processamento.

§ 5º - Após a avaliação do processamento pela Chefia de Gabinete, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LLCA.

Artigo 17 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Chefia de Gabinete, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

Artigo 18 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado ao Secretário da Pasta, autoridade competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 19 - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

§ 1º - O recurso de que trata o "caput" deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

Artigo 20 - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo

Artigo 21 - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

Artigo 22 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Artigo 23 - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o "caput" deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

§ 2º - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações SEI, ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 24 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais(CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 25 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

Artigo 26 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

Artigo 27 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 28 - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

Artigo 29 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 30 - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Artigo 31 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo Único - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32 - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

Artigo 33 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.

ANEXO IV
MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

Vide o conteúdo dos arquivos específicos deste Anexo

no site:

<https://saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/licitacoes-cgaobras/relacao-de-licitacoes/>

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar da Concorrência CGA nº 90004/2026, Processo SEI nº 024.00187002/2025-83, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.5 deste edital, assim como atende aos requisitos de habilitação.
- b) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- c) sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- d) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998.
- e) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- h) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- i) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto Estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o decreto supracitado;
- j) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no §1º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o decreto supracitado;

k) se compromete a cumprir o disposto na Lei Estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

l) tem ciência de que o descumprimento do Decreto Estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto Estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

m) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(local e data).

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI
MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.1
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar da Concorrência CGA nº 90004/2026, Processo SEI nº 024.00187002/2025-83, DECLARO que o licitante tem conhecimento dos locais e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia nos locais em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que será realizado o objeto da licitação.

(local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

OBS: A visita deverá ser previamente agendada no Grupo Técnico de Edificação - GTE, com o Sr. Fleber, pelo telefone (11) 3066-8664 ou pelo e-mail ffrocha@saude.sp.gov.br, no horário das 10:00h às 17:00h

ANEXO VI.2
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar da Concorrência CGA nº 90004/2026, Processo SEI nº 024.00187002/2025-83, DECLARO que o licitante tem conhecimento dos locais e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que será realizado o objeto da licitação.

(local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.3
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E
PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar da Concorrência CGA nº 90004/2026, Processo SEI nº 024.00187002/2025-83, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que será realizado o objeto da licitação.

(local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO VII – MATRIZ DE RISCO PREDIAL



MATRIZ DE RISCOS

PROCESSO: 024.00187002/2025-83 – MÓDULO SUL – MANUTENÇÃO PREDIAL

FASE DE ANÁLISE
(x) Planejamento da Contratação e Seleção de Fornecedor (x) Gestão do Contrato

RISCO 1: Contingenciamento Orçamentário
Probabilidade: Média Impacto: Alto

Id.	Dano
1.	Contrato ficar aquém das necessidades
Id.	Ação Preventiva Responsável: Equipe de Planejamento
1.	Realizar o quanto antes estimativa do valor do contrato, por meio de análise de mercado
2.	Incluir a previsão do contrato no Plano Anual de Contratações
3.	Fundamentar justificativa de necessidade do contrato de modo que eventuais contingências não afetem o contrato em questão
Id.	Ação de Contingência Responsável: Equipe de Finanças
1.	A Administração prever o orçamento necessário e cumpri-los.

RISCO 2: Dimensionamento Inadequado dos Serviços
Probabilidade: Baixa Impacto: Médio

Id.	Dano
1.	Contrato não atender às necessidades
Id.	Ação Preventiva Responsável: Equipe Técnica
1.	Fazer análise crítica dos instrumentos contratuais relacionados ao contrato de manutenção predial vigente
2.	Verificar atualização de normas técnicas concernentes ao escopo do contrato
3.	Durante a etapa de análise mercadológica, verificar de que forma os demais órgãos especificam e contratam serviços similares
4.	Verificar junto às demais áreas se existem demandas reprimidas
Id.	Ação de Contingência Responsável: Equipe de Planejamento/Técnica
1.	Verificar possibilidade de aditivo para inclusão dos serviços

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO



RISCO 3: Mal Dimensionamento do valor estimado para a contratação
Probabilidade: Baixo
Impacto: Médio

Id.	Dano
1.	Licitação fracassada
2.	Valores apresentados superarem a estimativa do órgão
Id.	Ação Preventiva Responsável: Equipe de Planejamento/Técnica
1.	Durante a etapa de análise mercadológica, analisar valor de mercado após cotação encaminhada às empresas de engenharia.
2.	Manter os valores atualizados perante estudo do GTE, comparando com outros contratos vigentes.
Id.	Ação de Contingência Responsável: Equipe de Planejamento/Técnica
1.	Redimensionar os serviços e equipe a serem contratados
2.	Revisar os valores estimados para a contratação perante o mercado

RISCO 4: Habilitação de empresa em desacordo com o instrumento convocatório
Probabilidade: Baixa
Impacto: Alto

Id.	Dano
1.	Apresentação de grande quantidade de recursos pelas licitantes, postergando a conclusão do certame
2.	Contratação de empresa com competência técnica aquém das necessárias para o atendimento das demandas
Id.	Ação Preventiva Responsável: Equipe de Planejamento
1.	Auxiliar a comissão de licitações na elaboração do edital de modo a dirimir possíveis dúvidas
Id.	Ação de Contingência Responsável: Equipe de Planejamento/Técnica
1.	Análise dos atestados de capacidade técnica pela equipe técnica demandante
2.	Utilizar comissão de licitações experiente

RISCO 5: Falha na definição dos critérios para habilitação das empresas
Probabilidade: Baixa
Impacto: Alto

Id.	Dano
1.	Contratar empresa que não tenha capacidade técnica-operacional e profissional para o atendimento das demandas existentes
2.	Necessidade de realizar nova licitação para correção das falhas
	Certame revogado
	Rescisão contratual
Id.	Ação Preventiva Responsável: Equipe de Planejamento/Técnica

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO



1.	Elaboração de estudo preliminar preciso e abrangente
2.	Realizar análise de mercado verificando quais critérios são importantes para a exigência de qualificação, dentro dos parâmetros da Lei.
3.	Fazer análise crítica da contratação anterior
Id.	Ação de Contingência Responsável: Equipe de Planejamento/Técnica
1.	Avaliar os impactos e prejuízos prováveis pela ausência das habilitações cabíveis
2.	Analisar nos contratos existentes o percentual de perda em função das exigências habilitatórias.

RISCO 6: Demora nos procedimentos das fases interna e externa da licitação
Probabilidade: Baixa Impacto: Alto

Id.	Dano
1.	Descontinuidade na prestação do serviço
Id.	Ação Preventiva Responsável: Equipe de Planejamento/Técnica
1.	Elaboração do ETP, com posterior confecção do TR e demais documentos necessários em tempo suficiente para a tramitação do processo
Id.	Ação de Contingência Responsável: Equipe de Planejamento/Técnica
1.	Priorizar a instrução do processo em tela

RISCO 7: Após a contratação incorrer na instalação de novos equipamentos e novas áreas nas Unidades e demandas extraordinários de gestores da Unidade.
Probabilidade: Alto Impacto: Alto

Id.	Dano
1.	Alteração de valor com desenvolvimento de termos aditivos de valor na prestação dos serviços
Id.	Ação Preventiva Responsável: Equipe de Fiscalização
	Manter Quadro de dados atualizado para o certame. Trata-se de fato superveniente, portanto sem possibilidade de previsão.
Id.	Ação de Contingência Responsável: Equipe de Contratos/Técnica
1.	Elaboração dos termos de aditamento ou supressão de acordo com art. 124 da Lei 14.133/2021

RISCO 8 : Execução do objeto contratado em desacordo com o previsto em contrato
Probabilidade: Baixo Impacto: Alto

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO



Id.	Dano
1.	Prejuízo na prestação de serviço nas Unidades.
Id.	Ação Preventiva Responsável: Equipe de Fiscalização
1.	Detalhar os SLA's (Nível de acordo de serviço).
Id.	Ação de Contingência Responsável: Equipe de Fiscalização
1.	Priorizar a instrução do processo em tela com a devida aplicação do SLA correspondente.

RISCO 9 : Retirada de Unidades do objeto para gestão por Organizações Sociais de Saúde (OSS)

Probabilidade: Alto
Impacto: Alto

Id.	Dano
1.	Verificação prévia da possibilidade dentro dos limites estabelecidos em Lei da supressão de Unidades.
Id.	Ação Preventiva Responsável: Equipe de Fiscalização
1.	Ser concedido prazo suficiente para estudos de novo processo licitatório.
Id.	Ação de Contingência Responsável: Equipe de Fiscalização/Técnica
1.	Priorizar a instrução do processo em tela com a devida aplicação da legislação pertinente.

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO VIII – MATRIZ DE RISCO CLÍNICA

OBJETO: PROCESSO: MATRIZ DE RISCOS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA									
RISCO	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO				ANÁLISE DE RISCO		RESPOSTAS AO RISCO		
	Fase	Evento	Causa do Risco	Consequência	Probabilidade de Ocorrência	Impacto	Ações Preventiva	Ações contingenciais	Responsável
R01	Planejamento	Ausência da formalização do Documento de Formalização da Demanda (DFD) que origina a contratação	Execução os procedimentos de licitação não atendendo a lei de licitação	Início de processo para contratação que não atende aos normativos legais da Administração Pública, com consequente desperdício de tempo e esforços do requisitante que iniciou o processo	BAIXA	ALTO	Elaboração do Documento de Formalização da Demanda (DFD) pelo setor requisitante com a designação da equipe de planejamento antes de iniciar o planejamento da contratação	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R02	Planejamento	Equipe responsável pelo planejamento da contratação não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade	Descrição insuficiente para definição adequada do objeto	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos, com consequente indefinição do objeto e dificuldade de obtenção da solução necessária ao atendimento da necessidade ou diminuição da competição e aumento dos custos	MÉDIA	ALTO	Capacitar os membros da Equipe de Planejamento da Contratação	Autoridade competente deve reavaliar a Equipe ou capacitar os membros de forma tempestiva	Coordenadoria de Administração (CGA)
R03	Planejamento	Curto espaço de tempo para executar o processo de planejamento para contratações de maior risco (alto valor, alto impacto nas atividades da organização).	Má elaboração do cronograma das fases do projeto	Contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos, ou levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação	MÉDIA	ALTO	Aumentar a equipe de planejamento, com profissionais com qualificação técnica, para executar as atividades de planejamento.	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Coordenadoria de Administração (CGA)
R04	Planejamento	Executar o processo de planejamento de forma muito simplificada para contratações de maior risco (alto valor, alto impacto nas atividades da organização)	Má elaboração do cronograma das fases do projeto	Contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos, ou levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação.	MÉDIA	ALTO	No caso de contratações de maior risco, a equipe de planejamento executa as atividades de planejamento de forma mais exaustiva	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R05	Planejamento	Contratação sem realização de estudos técnicos preliminares	Execução os procedimentos de licitação não atendendo a lei de licitação	Contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos, ou levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação, ou levando a especificações indevidamente restritivas, com consequente diminuição da competição e aumento indevido do custo da contratação	BAIXA	ALTO	Elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela equipe de planejamento	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Coordenadoria de Administração (CGA)
R06	Planejamento	Definição de requisitos da contratação insuficientes	Questionamentos dos fornecedores	Contratação de empresa que não atende à necessidade que originou a contratação, com consequente desperdício de recursos públicos	MÉDIA	ALTO	Equipe de planejamento da contratação elabora quadro com requisitos mínimos necessários para o atendimento das necessidades da UFRPE, avaliando se as exigências que limitam a participação dos licitantes são realmente indispensáveis	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R07	Planejamento	Termo de referência (TR) incompleto ou inconsistente	Descrição insuficiente para definição adequada do objeto	TR cujo conteúdo não permite selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração ou a contrato sem mecanismos adequados para a gestão contratual, com consequente desperdício de recursos (e.g., financeiro, pessoal) públicos	MÉDIA	ALTO	Equipe de planejamento realiza levantamento das falhas verificadas nos contratos anteriores junto à gestão e fiscalização contratual; verifica todas as atividades necessárias ao bom desempenho e atendimento das necessidades da UFRPE, bem como incluir no TR todos os direitos e deveres - tanto da contratante quanto da contratada - de forma clara e objetiva	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R08	Planejamento	Questionamentos quanto a exigências contidas no edital legais e legítimas, mas não usuais	Questionamentos dos fornecedores	Surgimento de questionamentos no certame (e.g., impugnações, recursos), com consequente paralisação do certame até que a exigência seja compreendida ou revista			A equipe de planejamento da contratação inclui referência aos dispositivos legais e/ou jurisprudência que fundamenta a inclusão das exigências que não são usuais e têm maior risco de questionamentos	Pregoeiro e equipe de planejamento devem dar orientações aos questionamentos levantados, quando for o caso, pelos licitantes e realizar a revisão das exigências impostas para adequá-las às orientações existentes na Administração Pública Federal.	

OBJETO: PROCESSO: MATRIZ DE RISCOS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA									
RISCO	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO				ANÁLISE DE RISCO		RESPOSTAS AO RISCO		
	Fase	Evento	Causa do Risco	Consequência	Probabilidade de Ocorrência	Impacto	Ações Preventiva	Ações contingenciais	Responsável
R09	Planejamento	Cláusulas de penalidades genéricas	Dificuldade na adequada penalização do contratado	Impossibilidade de aplicação de penalidades, com consequente impossibilidade de induzir o contrato a voltar a normalidade em caso de desconformidades na execução	BAIXA	ALTO	Equipe de planejamento da contratação inclui no modelo de gestão do contrato cláusulas de penalidades observando as seguintes diretrizes: a) atrelar multas às obrigações da contratada estabelecidas no modelo de execução do objeto no TR; b) definir o rigor de cada multa de modo que seja proporcional ao prejuízo causado pela desconformidade; c) definir a forma de cálculo da multa, de modo que seja o mais simples possível; d) definir o que fazer se as multas se acumularem (e.g. distrato); e) definir as condições para aplicações de glosas, bem como as respectivas formas de cálculo	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R10	Planejamento	Empresas sem qualificação econômico-financeira adequada para a execução do objeto participando da licitação	Requisição do atestado de capacidade técnica com dados insuficientes para caracterizar adequadamente a contratada	Contratação de empresa incapaz de executar a avença, com consequente não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato	BAIXA	ALTO	A equipe de planejamento da contratação, inclui no edital exigências de qualificação econômico-financeira, tais como: certidão negativa de falência ou recuperação judicial; balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social; comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um); entre outros	A autoridade competente, ao verificar que o participante adjudicado não comprova as exigências contidas no edital, não realiza a homologação e remete o processo ao Pregoeiro	Equipe de Planejamento da Contratação
R11	Planejamento	Atestado de capacidade técnica exigido determina comprovação de execução do objeto com características, prazo ou qualidade desproporcional do objeto que se deseja contratar	Questionamentos dos fornecedores	Limitação indevida da competição, ou interrupção do processo de contratação (e.g., mandado de segurança no poder judiciário, determinação dos órgãos de controle)	BAIXA	ALTO	Equipe de planejamento da contratação inclui exigência de apresentação de atestado para comprovação da qualificação técnica atentando à algumas diretrizes, por exemplo: a) deve-se explicitar as características relevantes do objeto que serão objeto de comprovação do atestado, não se devendo fazer descrições genéricas que podem deixar margem de dúvida quanto ao que deve ser comprovado; b) deve-se permitir o somatório de atestados nos casos em que a aptidão técnica das licitantes puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado, e vedar o somatório em caso contrário; c) não deve ser estabelecido limitação temporal para os atestados, ou seja, não se pode rejeitar atestado devido à sua antiguidade (mas deve-se exigir que o objeto do atestado tenha sido executado dentro de determinado prazo compatível com o prazo do contrato que se pretende firmar); d) não se pode estabelecer qualquer distinção entre atestados de serviços prestados a organizações públicas e a organizações privadas	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R12	Planejamento	Empresas sem qualificação técnica adequada para a prestação de serviços de terceirização participando da licitação	Participação de empresas sem qualificações mínimas para execução do objeto	Contratação de empresas incapazes de executar a avença, com consequente não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato	BAIXA	ALTO	O pregoeiro deve exigir dos participantes do processo licitatório as documentações e atestados exigidos em edital e, quando for o caso, realizar diligências para averiguação da veracidade dos documentos enviados	A autoridade competente, ao verificar que o participante adjudicado não comprova as exigências contidas no edital, não realiza a homologação e remete o processo ao Pregoeiro	Equipe de Planejamento da Contratação

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

OBJETO: MATRIZ DE RISCOS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA									
PROCESSO:									
RISCO	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO				ANÁLISE DE RISCO		RESPOSTAS AO RISCO		
	Fase	Evento	Causa do Risco	Consequência	Probabilidade de Ocorrência	Impacto	Ações Preventiva	Ações contingenciais	Responsável
R16	Planejamento	Licitação fracassada ou deserta	Ausência de fornecedor	Demora no processo de contratação, gerando prejuízos ao andamento das atividades de Administração	BAIXA	ALTO	Inclusão de pré-requisitos dos licitantes e características dos produtos que forem essenciais ao objeto da licitação	Repetição da licitação com a devida revisão dos motivos que originaram o seu fracasso	Pregoeiro
R17	GESTÃO DO CONTRATO	Ausência de acompanhamento e fiscalização concomitante à execução do contrato	Falta de monitoramento durante a execução do projeto	Ocorrência de distorções na execução do serviço que somente serão detectadas posteriormente à ocorrência destes, prejudicando a qualidade da execução do serviço	BAIXA	MÉDIO	Equipe de planejamento da contratação inclui no modelo de execução do objeto a previsão de acompanhamento e fiscalização concomitantes à execução, incluindo a possibilidade de inspeções in loco e diligências quando aplicáveis, bem como forma de execução desses procedimentos	Autoridade competente deve capacitar os gestores e fiscais do contrato para realizarem uma melhor administração do contrato, proporcionando uma fiscalização mais efetiva	Equipe de Planejamento da Contratação
R18	GESTÃO DO CONTRATO	Responsável pela gestão do contrato não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade	Falta de gestão adequada	Não fiscalização adequada dos serviços e obrigações contidas no TR, com consequente não detecção de descumprimento de partes da avença com suas consequências.	MÉDIA	MÉDIO	Equipe de planejamento da contratação orientará o setor requisitante quanto às competências necessárias à gestão e fiscalização contratual, indicando cursos de formação para os responsáveis pela gestão contratual	Autoridade competente deve capacitar os gestores e fiscais do contrato para realizarem uma melhor administração do contrato, proporcionando uma fiscalização mais efetiva	Equipe de Planejamento da Contratação
R19	GESTÃO DO CONTRATO	Ausência de consequências para a contratada caso não mantenha as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação	Dificuldade na execução de pagamento danotas fiscal	Contratada não manter essas condições, com consequente retorno de todos os riscos que foram mitigados por meio dos critérios de habilitação e qualificação da licitação	BAIXA	ALTO	Equipe de planejamento da contratação inclui no TR: a) cláusula que estabeleça a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; b) cláusula de penalidade para o inadimplemento da cláusula acima (não manutenção das condições); c) cláusula de garantia contratual prevendo a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidas à Administração pela não manutenção das condições, além das penalidades já previstas em lei	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R20	GESTÃO DO CONTRATO	Os gestores e fiscais dos contratos atuam sem nomeação formal	Problemas na execução e monitoramento do contrato	Questionamento da legitimidade dos atos praticados na gestão contratual, com consequente impossibilidade de responsabilizar as partes do contrato e os agentes públicos que atuaram sem delegação formal	BAIXA	ALTO	Autoridade competente nomeia previamente ao início da execução contratual os representantes da organização que atuarão na gestão e fiscalização do contrato, assim como seus substitutos eventuais	Autoridade competente identifica os gestores e fiscais de contratos que estão atuando sem portaria e emite tal documento imediatamente	coordenadoria de Administração (CGA)
R21	GESTÃO DO CONTRATO	Licitante não mantém a regularidade fiscal e trabalhista na fase de execução contratual	Dificuldade na execução de pagamento danotas fiscal	Prejuízos ao Erário e aos funcionários terceirizados em virtude dos descumprimentos das obrigações fiscais e trabalhistas	MÉDIA	ALTO	Fiscal administrativo do contrato consulta mensalmente o Sicaf para verificar a adimplência das obrigações fiscais e trabalhistas, além de executar os procedimentos do Anexo VIII-B da IN 05/2011 SEGEX MPOG	Gestão do contrato apura as irregularidades verificadas e inicia processo administrativo para penalizar a empresa	Fiscal administrativo / Gestão do Contrato
R22	GESTÃO DO CONTRATO	Ausência de designação formal do preposto, por parte da empresa contratada	Dificuldade de comunicação entre a Contratada e a Contratante	Prejuízos à qualidade dos serviços contratados pela Administração Pública, dando margem, além disso, para atos de ingerência por parte da Administração Pública, uma vez que não há o representante da contratada para quem se deve reportar	BAIXA	ALTO	A empresa contratada nomeia formalmente seu preposto, expressando os poderes e deveres em relação à execução do objeto (art. 44 da IN 05/17).	Gestor do contrato identifica o preposto que está atuando sem instrumento formal e solicita a designação do mesmo pela empresa contratada.	GESTOR DO CONTRATO/CONTRATADO
R23	GESTÃO DO CONTRATO	Falta de sistematização sobre o que deve ser verificado na fiscalização contratual	Problemas na execução e monitoramento do contrato	Aceltes provisórios e definitivos em objetos parcialmente executados ou não executados, com consequente pagamento indevido	BAIXA	ALTO	Seguir as orientações previstas no TR sobre as formas de recebimento provisório e definitivo em todo serviço realizado.	Gestor/fiscal do contrato identifica o serviço e procede, imediatamente, a vistoria para seu recebimento definitivo	Equipe de Planejamento da Contratação

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO IX
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item	Descrição dos Serviços	Period/ Unid.	Qtd	Custo Unitário (R\$)	Mão de Obra	Custo Total (R\$)
1	COBERTURAS					
1.1	Telhados e lajes					
1.1.1	Limpar telhado ou laje de cobertura removendo folhas e corpos estranhos, realizar teste com água nos condutores para verificar a desobstrução dos pontos de escoamento de águas pluviais e desobstruindo calhas e condutores, reparar se necessário;	SM	260	16.000,00	R\$	4.160.000,00
1.1.2	Inspeccionar o estado das telhas: realinhamento, recolocação, fixação e troca e corrigir se necessário;	M	60	25.000,00	R\$	1.500.000,00
1.1.3	Inspeccionar, limpar e reparar vazamentos em calhas, grelhas, rufos, pontos de captação e condutores, inclusive nas emendas e juntas;	M	60	25.000,00	R\$	1.500.000,00
1.1.4	Inspeccionar e reparar sempre que necessário pontos de impermeabilização;	M	60	25.000,00	R\$	1.500.000,00
1.1.5	Inspeccionar o estado de toda estrutura em madeira ou metálica, corrigindo o que for necessário, e o estado de toda impermeabilização e existência de fissuras, identificando a necessidade de reforma ou não, gerando relatório técnico e fotográfico inclusive;	A	5	90.000,00	R\$	450.000,00
SUBTOTAL 1 - COBERTURAS						R\$ 9.110.000,00
2	GASES MEDICINAIS, VÁCUO E AR COMPRIMIDO OXIGÊNIO E ÓXIDO NITROSO					
2.1	Centrais de Gases					
2.1.1	Inspeccionar e realizar manobras e troca de cilindros das centrais de gases medicinais	D	1825	1.100,00	R\$	2.007.500,00
2.1.2	Transportar cilindros entre as centrais e pontos específicos de consumo sempre que solicitado, inclusive instalação de válvula	D	1825	1.100,00	R\$	2.007.500,00
2.1.3	Inspeção geral das bombas de vácuo e compressores de ar comprimido, (nível de óleo, correias, aquecimento etc.), quando não em comodato;	D	1825	1.100,00	R\$	2.007.500,00
2.1.4	Inspeccionar e executar a descarga dos drenos, e o degelo do tanque de criogênico se necessário;	D	1825	1.100,00	R\$	2.007.500,00
2.1.5	Verificação e correção do vazamento das linhas, quando necessário;	D	1825	1.100,00	R\$	2.007.500,00
2.1.6	Inspeccionar, limpar e trocar filtros do conjunto;	M	60	15.000,00	R\$	900.000,00
2.1.7	Realizar análise de vibração, através de sistema de sensores, com emissão de relatório técnico, e realizar as correções necessárias;	M	60	15.000,00	R\$	900.000,00
2.1.8	Testar e anotar isolamento, tensão, corrente de trabalho do conjunto moto bomba;	A	5	135.000,00	R\$	675.000,00
2.2	Rede de tubulações, pontos de consumo e conexões					
2.2.1	Inspeccionar centrais de alarme e anotar pressão de trabalho (postos de enfermagem e demais centrais que compõem a rede);	D	1825	1.050,00	R\$	1.916.250,00
2.2.2	Inspeccionar o funcionamento e identificação normalizada das redes de distribuição e seus componentes, desde o limite das centrais até os pontos de consumo, inclusive as válvulas seccionadoras, e realizar reparos se necessário;	M	60	15.000,00	R\$	900.000,00
2.2.3	Inspeccionar e reparar e/ou trocar pontos de consumo (régua de gases, mangueiras, bicos das régua, colunas retráteis) até o limite dos sistemas dependentes;	M	60	15.000,00	R\$	900.000,00
2.2.4	Inspeccionar as ligações e conexões, e detectando a existência de vazamentos e oxidação, fazer as correções necessárias;	S	10	65.000,00	R\$	650.000,00
SUBTOTAL 2 - GASES MEDICINAIS, VÁCUO E AR COMPRIMIDO OXIGÊNIO E ÓXIDO NITROSO						R\$ 16.878.750,00
3	SISTEMA DE AR CONDICIONADO					
3.1	Aparelhos de Ar Condicionado tipo Janela					
3.1.1	Inspeccionar funcionamento do termostato e verificar e anotar temperatura de retorno e insulfamento de ar e corrigir se necessário;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
3.1.2	Inspeccionar carcaça e eliminar vibrações e pontos de corrosão;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
3.1.3	Limpar e lavar filtros de ar, com fornecimento de materiais necessários;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
3.1.4	Inspeccionar a existência de vazamento de gás refrigerante, completar e corrigir se necessário;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
3.1.5	Limpeza geral do equipamento externo e interno, inclusive a serpentina, bandejas e drenos, com fornecimento de materiais necessários, e recarga de gás;	T	20	15.000,00	R\$	300.000,00
3.2	Aparelhos tipo Fancoil/Fancoilete					
3.2.1	Inspeccionar a existência de alguma parte solta ou imprópriamente fixada, que possa acarretar danos ao equipamento, e corrigir se necessário;	Q	120	3.000,00	R\$	360.000,00
3.2.2	Inspeccionar e limpar sistema de drenagem e bandeja de condensado, filtros e grelhas de captação de ar;	Q	120	3.000,00	R\$	360.000,00
3.2.3	Inspeccionar a fixação e alinhamento de eixo do motor, polias e correias do ventilador e realizar alinhamento e balanceamento, se necessário;	M	60	5.000,00	R\$	300.000,00
3.2.4	Inspeccionar a existência de vazamento de água e corrigir se necessário;	M	60	5.000,00	R\$	300.000,00
3.2.5	Inspeccionar funcionamento dos sensores, controladores, atuadores das válvulas de água gelada 2 e 3 vias, e corrigir se necessário;	M	60	5.000,00	R\$	300.000,00
3.2.6	Inspeccionar se o gabinete e as tampas estão vedados e ajustados e ajustar se necessário;	M	60	5.000,00	R\$	300.000,00
3.2.7	Inspeccionar e lubrificar eixos e mancais dos ventiladores;	M	60	5.000,00	R\$	300.000,00
3.2.8	Inspeccionar funcionamento do motor elétrico, medir e anotar correntes/tensões e comparar com a nominal de placa;	M	60	5.000,00	R\$	300.000,00
3.2.9	Verificar ajustes do relé térmico e corrigir se necessário;	M	60	5.000,00	R\$	300.000,00
3.2.10	Eletuar aplicação de bactericida na serpentina e bandeja de condensado;	M	60	6.000,00	R\$	360.000,00
3.2.11	Limpar casa de máquinas;	M	60	5.000,00	R\$	300.000,00
3.2.12	Realizar análise de vibração, através de sistema de sensores, com emissão de relatório técnico e realizar as correções necessárias;	M	60	5.000,00	R\$	300.000,00
3.2.13	Inspeccionar focos de oxidação nos equipamentos e corrigir se necessário bem como resistência e nível de água dos umidificadores;	T	20	7.000,00	R\$	140.000,00
3.2.14	Inspeccionar revestimentos protetores e isolamento térmico do gabinete, tubulações, válvulas e dutos e corrigir se necessário;	T	20	7.000,00	R\$	140.000,00
3.2.15	Inspeccionar regulagem dos sensores de ambiente e resistência dos isoladores e corrigir se necessário	T	20	7.000,00	R\$	140.000,00
3.2.16	Limpar toda unidade: gabinete, rotores de ventiladores, serpentina, bandeja, dreno, grelha de ar de retorno e caixa plenum, com fornecimento de materiais necessários;	T	20	7.000,00	R\$	140.000,00
3.2.17	Troca dos filtros - bolsa, metálico, absoluto e cartonado;	S	10	9.000,00	R\$	90.000,00
3.2.18	Manobrar registros hidráulicos do início ao fim do curso;	S	10	9.000,00	R\$	90.000,00
3.2.19	Eliminar pontos de corrosão da estrutura metálica;	S	10	9.000,00	R\$	90.000,00
3.2.20	Inspeccionar operação de dampers e corrigir se necessário;	A	5	21.000,00	R\$	105.000,00
3.3	Aparelhos tipo Self Container					
3.3.1	Inspeccionar, limpar, lavar e secar filtros de ar e gabinetes, com fornecedor de materiais necessários;	M	60	1.800,00	R\$	108.000,00
3.3.2	Inspeccionar fecho das tampas e parafusos dos painéis, fixação de terminais, cabos e conexões elétricas, botoeiras, interruptores e sinaleiros e realizar as correções necessárias;	M	60	1.800,00	R\$	108.000,00
3.3.3	Inspeccionar ruídos e vibrações anormais;	M	60	1.800,00	R\$	108.000,00
3.3.4	Inspeccionar vazamentos de ar, gás refrigerante e óleo, completar e corrigir se necessário	M	60	1.800,00	R\$	108.000,00
3.3.5	Inspeccionar operação e regulagem dos termostatos;	M	60	1.800,00	R\$	108.000,00
3.3.6	Inspeccionar obstrução de sujeira e aletas amassadas na serpentina, limpar e regularizar se necessário;	M	60	1.800,00	R\$	108.000,00
3.3.7	Inspeccionar folga do eixo dos motores elétricos;	M	60	1.800,00	R\$	108.000,00
3.3.8	Medir tensão e corrente de funcionamento, anotar e comparar com a nominal;	M	60	1.800,00	R\$	108.000,00
3.3.9	Medir e anotar diferencial de temperatura;	M	60	1.800,00	R\$	108.000,00
3.3.10	Realizar análise de vibração, através de sistema de sensores, com emissão de relatório técnico e realizar as correções necessárias;	M	60	1.800,00	R\$	108.000,00
3.3.11	Limpar externa e internamente o equipamento, com fornecimento de materiais e insumos necessários;	T	20	15.000,00	R\$	300.000,00
3.3.12	Verificar alinhamento das polias, tensão e estado das correias do ventilador e realizar alinhamento e balanceamento, se necessário;	T	20	6.000,00	R\$	120.000,00
3.3.13	Troca de filtros: bolsa, metálico, absoluto e cartonado e canhão ativado;	S	10	12.000,00	R\$	120.000,00
3.3.14	Inspeccionar revestimentos protetores e isolamentos térmicos do gabinete, tubulações e dutos;	S	10	12.000,00	R\$	120.000,00
3.3.15	Inspeccionar, limpar e lavar serpentinas do evaporador e do condensador, com fornecimento de materiais e insumos necessários;	S	10	12.000,00	R\$	120.000,00
3.3.16	Verificar e ajustar a velocidade do ventilador conforme sua aplicação caso o equipamento permita;	S	10	12.000,00	R\$	120.000,00
3.4	Aparelhos tipo Split System					
3.4.1	Inspeccionar, limpar gabinetes, lavar e secar filtros de ar;	M	60	24.000,00	R\$	1.440.000,00
3.4.2	Verificar o funcionamento e atuação da placa eletrônica do equipamento e corrigir se necessário;	M	60	5.000,00	R\$	300.000,00
3.4.3	Verificar e anotar temperatura de retorno e insulfamento do ar, verificar serpentinas do evaporador, do condensador e da mangueira de dreno e corrigir se necessário;	M	60	5.000,00	R\$	300.000,00
3.4.4	Conferir o isolamento térmico e adequar quando necessário;	M	60	5.000,00	R\$	300.000,00
3.4.5	Inspeccionar vazamentos de ar, gás refrigerante e óleo, completar e corrigir se necessário;	M	60	5.000,00	R\$	300.000,00
3.4.6	Realizar limpeza do sistema de drenagem, serpentina, evaporadora, condensadora e bandeja coletora de água;	T	20	30.000,00	R\$	600.000,00
3.4.7	Verificar pressão de sucção e descarga e corrigir se necessário;	T	20	30.000,00	R\$	600.000,00
3.5	Aparelhos tipo Chiller					
3.5.1	Operar e inspeccionar o funcionamento dos equipamentos;	D	1825	600,00	R\$	1.095.000,00
3.5.2	Verificação de temperatura de água gelada e pressão das bombas, verificação de atuador de 3 vias pressostatos e termostatos;	D	1825	600,00	R\$	1.095.000,00
3.5.3	Verificar ruídos anormais e vazamentos aparentes e corrigir se necessário;	D	1825	600,00	R\$	1.095.000,00
3.5.4	Medir e anotar tensão e corrente elétrica;	D	1825	600,00	R\$	1.095.000,00
3.5.5	Verificar e ajustar correias do equipamento;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.6	Limpar e ou substituir filtro de ar;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.7	Medir e anotar temperatura externa, sucção e retorno;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.8	Inspeccionar fixação de terminais, cabos e conexões elétricas e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.9	Inspeccionar operação do programador de capacidade dos compressores e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.10	Inspeccionar parafusos de fixação dos componentes e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.11	Inspeccionar vibração do capilar e fixação do bulbo da válvula de expansão;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.12	Inspeccionar funcionalidade da válvula de serviço de descarga do compressor;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.13	Inspeccionar tubulação e conexões e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.14	Inspeccionar válvula de saída do líquido do recipiente e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.15	Inspeccionar vazões de água e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.16	Inspeccionar a pressão de sucção nas condições de plena carga e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.17	Inspeccionar o tempo de aceleração normal até a plena rotação do compressor;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.18	Inspeccionar funcionamento dos termômetros e manômetros do circuito de água;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.19	Inspeccionar vazamentos de gás refrigerante, água e óleo e completar e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.20	Inspeccionar carga de refrigeração e a contaminação do sistema, através do visor da linha de líquido e filtro secador;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.21	Realizar análise de vibração, através de sistema de sensores, com emissão de relatório técnico e realizar as correções necessárias;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.5.22	Limpar serpentinas e bandeja do sistema de drenagem, com fornecimento de materiais e insumos;	T	20	4.700,00	R\$	94.000,00
3.5.23	Lubrificar mancais (rolamentos não blindados) dos motores e dos ventiladores;	T	20	4.700,00	R\$	94.000,00
3.5.24	Limpar casa de máquinas;	T	20	4.700,00	R\$	94.000,00
3.5.25	Realizar análise química da água gelada do Chiller com emissão de laudo e relatório técnico;	T	20	4.700,00	R\$	94.000,00

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

3.5.26	Inspeccionar, ajustar e calibrar dispositivos de medição com emissão de certificado, controle e segurança (como pressostatos, termostatos, manômetros, termômetros, chaves de fluxo);	S	10	8.000,00	R\$	80.000,00
3.5.27	Inspeccionar funcionamento da válvula solenóide e substituir se necessário;	S	10	8.000,00	R\$	80.000,00
3.5.28	Inspeccionar filtro de seção de compressor e substituir se necessário;	S	10	8.000,00	R\$	80.000,00
3.5.29	Inspeccionar funcionamento do controle de alta pressão e corrigir se necessário;	S	10	8.000,00	R\$	80.000,00
3.5.30	Inspeccionar o condensador, quanto a possível incrustações e corrigir se necessário;	S	10	8.000,00	R\$	80.000,00
3.5.31	Inspeccionar funcionalidade da bobina e corrigir se necessário;	S	10	8.000,00	R\$	80.000,00
3.5.32	Inspeccionar a possível existência de ar no sistema e corrigir se necessário;	S	10	8.000,00	R\$	80.000,00
3.5.33	Realizar a análise do óleo lubrificante: acidez, umidade e metais pesados com emissão de laudo e substituir se necessário;	S	10	8.000,00	R\$	80.000,00
3.5.34	Realizar limpeza dos filtros Y do sistema de água gelada;	S	10	8.000,00	R\$	80.000,00
3.5.35	Inspeccionar sequência de funcionamento do sistema elétrico (DRY – RUN) de acordo com tempos de sequência;	A	5	18.500,00	R\$	92.500,00
3.5.36	Efetuar limpeza interna e externa do evaporador e condensador.	A	5	18.500,00	R\$	92.500,00
3.6	Torre de Resfriamento			-		
3.6.1	Inspeccionar estado de funcionamento do ventilador e níveis de ruídos do conjunto;	D	1825	478,13	R\$	872.591,49
3.6.2	Inspeccionar, ladrão, dreno e nível de água da bacia da torre de resfriamento;	D	1825	478,13	R\$	872.591,49
3.6.3	Inspeccionar e realizar o tratamento de água do sistema;	M	60	1.551,18	R\$	93.070,58
3.6.4	Inspeccionar estado das bases de apoio e fixação das torres e tubulação;	M	60	1.551,18	R\$	93.070,58
3.6.5	Inspeccionar funcionalidade da boia com o registro;	M	60	1.551,18	R\$	93.070,58
3.6.6	Inspeccionar desempenho do termostato para comando do ventilador com diferencial regulável;	M	60	1.551,18	R\$	93.070,58
3.6.7	Realizar análise química da água com fornecimento de laudo;	M	60	1.551,18	R\$	93.070,58
3.6.8	Inspeccionar portinhola de inspeção e vedação e telas de proteção laterais;	M	60	1.551,18	R\$	93.070,58
3.6.9	Inspeccionar o estado e efetuar a limpeza do tanque de água;	S	10	7.479,53	R\$	74.795,30
3.6.10	Inspeccionar funcionalidade do eliminador de gotas;	S	10	7.479,53	R\$	74.795,30
3.6.11	Limpar as paredes externas;	S	10	7.479,53	R\$	74.795,30
3.7	Bombas de Água Gelada/Condensado			-		
3.7.1	Limpar externamente a bomba e motor;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.7.2	Inspeccionar e limpar sistema de drenagem da água e filtros de sucção;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.7.3	Inspeccionar funcionamento dos purgadores de ar se houver e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.7.4	Inspeccionar nível de óleo das bombas;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.7.5	Inspeccionar ruídos e vibrações anormais e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.7.6	Inspeccionar flanges, abraçadeiras, juntas flexíveis e mangotes e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.7.7	Inspeccionar vazamentos de água nas gavetas dos registros e válvulas e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.7.8	Inspeccionar dispositivos e circuitos de comando e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.7.9	Inspeccionar focos de oxidação e realizar os tratamentos e pinturas sempre que necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.7.10	Inspeccionar estado de base e dos elementos antivibração (coxins) e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.7.11	Inspeccionar e lubrificar mancais de rolamento;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.7.12	Inspeccionar alinhamento e acoplamento do conjunto motobomba e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.7.13	Realizar análise de vibração, através de sistema de sensores, com emissão de relatório técnico e realizar as correções necessárias;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.7.14	Inspeccionar e anotar temperatura dos mancais;	T	20	4.756,81	R\$	95.136,27
3.7.15	Medir e anotar correntes de fase no motor;	T	20	4.756,81	R\$	95.136,27
3.7.16	Inspeccionar parafusos de fixação da base e reapertar se necessário;	T	20	4.756,81	R\$	95.136,27
3.7.17	Inspeccionar registros hidráulicos e corrigir se necessário;	S	10	7.479,53	R\$	74.795,30
3.7.18	Inspeccionar selo mecânico;	A	5	18.676,60	R\$	93.383,00
3.7.19	Retocar pintura do conjunto motobomba, tubulações e acessórios	A	5	18.676,59	R\$	93.382,95
3.8	Exaustores / Ventiladores			-		
3.8.1	Limpar externamente o ventilador/exaustor, inspecionando ruídos e vibrações anormais, tampas soltas e vedação do gabinete e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.8.2	Inspeccionar e limpar filtros de ar;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.8.3	Inspeccionar fixação e alinhamento das polias do motor e do ventilador/exaustor e estado e tensão das correias e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.8.4	Inspeccionar acoplamentos do motor e juntas flexíveis e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.8.5	Inspeccionar fixação de terminais, cabos e conexões elétricas e corrigir se necessário;	M	60	1.600,00	R\$	96.000,00
3.8.6	Inspeccionar e limpar rotores/hélices do ventilador/exaustor, lubrificar os rolamentos com graxa;	S	10	1.600,00	R\$	16.000,00
3.8.7	Retocar pintura do equipamento, tubulações e acessórios;	A	5	23.000,00	R\$	115.000,00
3.9	Rede de Dutos de Ar Condicionado			-		
3.9.1	Limpar grelhas e difusores de ar;	T	20	8.000,00	R\$	160.000,00
3.9.2	Inspeccionar e reparar isolamento térmico dos dutos;	A	5	20.000,00	R\$	100.000,00
3.9.3	Vídeo-inspeção robotizada da rede de dutos, com emissão das imagens geradas;	A	5	20.000,00	R\$	100.000,00
3.9.4	Escoção robotizada da rede de dutos, com emissão de relatório técnico;	A	5	20.000,00	R\$	100.000,00
3.9.5	Filtragem da unidade coletora dotada de filtro Hepa e acondicionamento do material removido dos dutos;	A	5	20.000,00	R\$	100.000,00
3.9.6	Abertura e fechamento de portas de inspeção;	A	5	20.000,00	R\$	100.000,00
3.9.7	Proteção de superfície e mobiliários dos ambientes.	A	5	20.000,00	R\$	100.000,00
3.10	Qualidade do Ar Interior			-		
3.10.1	Ambientes Especiais: Análise físico-química-aerodispersóides, dióxido de carbono(CO2), temperatura, umidade relativa e velocidade do ar (Marcador Epidemiológico-Fungos e Bactérias) padrão de aceitação de acordo RE 09/2003 da ANVISA, com emissão de laudos e relatórios.	T	20	10.000,00	R\$	200.000,00
3.10.2	Análise microbiológica da água e biofilme das bandejas de condensação em equipamentos dutados, com emissão de laudos e relatórios.	T	20	10.000,00	R\$	200.000,00
3.10.3	Tratamento de bandejas de condensação de todos os equipamentos com emissão de laudos e relatórios;	T	20	10.000,00	R\$	200.000,00
3.10.4	Inspeção gravimétrica, através de teste por método ativo de material particulado na rede de dutos, com emissão de laudos e relatórios.	T	20	10.000,00	R\$	200.000,00
3.10.5	Ambientes Normais - Análise físico-química-aerodispersóides, dióxido de carbono(CO2), temperatura, umidade relativa e velocidade do ar (marcador Epidemiológico-Fungos) padrão de aceitação de acordo RE 09/2003 da ANVISA, com emissão de laudos e relatórios.	S	10	12.000,00	R\$	120.000,00
3.11	CORTINA DE AR			-		
3.11.1	Limpar máscara frontal;	M	60	1.500,00	R\$	90.000,00
3.11.2	Inspeccionar fecho das tampas e parafusos dos painéis;	M	60	1.500,00	R\$	90.000,00
3.11.3	Inspeccionar ruídos e vibrações anormais;	M	60	1.500,00	R\$	90.000,00
3.11.4	Inspeccionar botoeiras, interruptores e sinais;	M	60	1.500,00	R\$	90.000,00
3.11.5	Inspeccionar fixação de terminais, cabos e conexões elétricas;	M	60	1.500,00	R\$	90.000,00
3.11.6	Inspeccionar posicionamento, fixação, balanceamento, e limpar a turbina;	M	60	1.500,00	R\$	90.000,00
3.11.7	Eliminar focos de oxidação da máscara frontal, base do motor, máscara traseira;	T	20	12.000,00	R\$	240.000,00
SUBTOTAL 3 - SISTEMA DE AR CONDICIONADO					R\$	26.241.962,37
4	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					
4.1	CABINE PRIMÁRIA					
4.1.1	Limpar os isoladores e buchas nos cubículos;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.1.2	Inspeccionar as partes metálicas (telas, hastes, etc) quanto ao índice de oxidação;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.1.3	Inspeccionar e limpar as chaves seccionadoras, fusíveis e disjuntor PVO;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.1.4	Inspeccionar, analisar e substituir o óleo isolante dos disjuntores de pequeno volume de óleo;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.1.5	Inspeccionar, calibrar e testar todos os dispositivos de proteção (relés);	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.1.6	Inspeccionar os para-raios e fazer correções necessárias;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.1.7	Inspeccionar e limpar o estado dos barramentos e conectores;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.1.8	Realizar ensaios e teste dos equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI e EPC tais como luvas de borracha de 20 kV, tapetes etc), com emissão de relatório técnico;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.1.9	Reapertar todas as conexões existentes;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.1.10	Realizar levantamento de carga, inspeção termográfica e testes operacionais, seguindo as normas vigentes;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.1.11	Medição de resistência ôhmica de isolamentos, contatos e barramentos, cabos, mufas, TPs, chave seccionadora. Apresentar certificado de calibração de megôhmetro;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.1.12	Ensaio de Medição da resistência de isolamento das mufas e cabos de entrada;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.1.13	Emitir relatório técnico com levantamentos, medições e registros fotográficos de todos os serviços executados;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.2	GERADORES			-		
4.2.1	Inspeção geral: sistema de pré-aquecimento no bloco do motor, nível de carga e cabos e terminais da bateria, nível de água, nível de óleo combustível e alames;	D	1825	1.400,00	R\$	2.555.000,00
	VERIFICAÇÕES MECÂNICAS			-		
4.2.2	Inspeccionar tanque de combustível e radiador quanto ao nível, drenagem, mangueiras, conexões e vazamentos, fixação, aspecto e conservação e corrigir se necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.3	Inspeccionar óleo do cárter quanto ao nível, vazamentos e troca se necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.4	Inspeccionar turbinas e bicos injetores quanto à fixação, lubrificação e vazamentos e corrigir se necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.5	Inspeccionar acoplamento motor/gerador quanto à fixação, desgastes, alinhamento e amortecedores e corrigir se necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.6	Inspeccionar bomba d'água do motor quanto aos vazamentos, ruídos, travamento e folgas e corrigir se necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.7	Inspeccionar escapamento do motor quanto à vazamentos, fixação, alinhamentos e excesso de fumaça e corrigir se necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.8	Inspeccionar filtros (água, diesel, lubrificante e ar) quanto à vazamentos, fixação, aspectos e corrigir se necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
	VERIFICAÇÕES ELÉTRO-ELETRÔNICA			-		
4.2.9	Inspeccionar pré-aquecimento quanto a resistências, termostato, relé e temperatura e corrigir se necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.10	Inspeccionar retificador e efetuar medição: flutuação Vcc;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.11	Inspeccionar medidores de tensão e corrigir se necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.2.12	Inspeccionar sensor de frequência do gerador quanto à faixa de ajuste conforme fabricante e corrigir se necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.13	Inspeccionar regulador de tensão quanto à tensão de saída, funcionamento e aspecto e corrigir se necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.14	Inspeccionar regulador de velocidade quanto à frequência, funcionamento e aspecto e corrigir se necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.15	Inspeccionar baterias quanto ao eletrolito, densidade, bornes, cabos e queda de tensão e corrigir se necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.16	Inspeccionar alternador quanto aos diodos, porta escova e lubrificação e corrigir se necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.17	Inspeccionar instrumentos de medição, sinalização e alarmes e corrigir se necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
TESTES						
4.2.18	Efetuar partida e parada em "manual" e "automático", testando falta e retorno de rede e verificar tempo de resfriamento comparando com os dados do fabricante;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.19	Efetuar teste de baixa pressão de óleo e alta temperatura de água;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.20	Medir e anotar os níveis de sinais do grupo gerador: Tensão: (V); Frequência: (Hz); Corrente: (A); Potência: (Kw); Temp. Água: (°C); Densidade Óleo: (Kg/cm3); Tempo de funcionamento: Ajustar e calibrar quando necessário;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.21	Limpar externamente e efetuar relatório das condições gerais do gerador;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.2.22	Inspeccionar vazamentos, reapertar o injetor (ES) e corrigir se necessário;	S	10	10.000,00	R\$	100.000,00
4.2.23	Inspeccionar vazamentos em juntas e bujões e corrigir se necessário;	S	10	10.000,00	R\$	100.000,00
4.2.24	Trocar o filtro de óleo lubrificante;	S	10	10.000,00	R\$	100.000,00
4.2.25	Inspeccionar e limpar o filtro do respiro;	S	10	10.000,00	R\$	100.000,00
4.2.26	Inspeccionar folga das válvulas e corrigir se necessário;	S	10	10.000,00	R\$	100.000,00
4.2.27	Limpar o radiador;	S	10	10.000,00	R\$	100.000,00
4.2.28	Inspeccionar bendix e solenóide do motor de arranque e corrigir se necessário;	S	10	10.000,00	R\$	100.000,00
4.2.29	Inspeccionar desgaste no coletor de arranque e corrigir se necessário;	S	10	10.000,00	R\$	100.000,00
4.2.30	Inspeccionar o cubo do ventilador, a polia e a bomba d'água e corrigir se necessário;	S	10	10.000,00	R\$	100.000,00
4.2.31	Inspeccionar, ajustar e limpar vênuzianas;	S	10	10.000,00	R\$	100.000,00
4.2.32	Inspeccionar e limpar bicos injetores;	S	10	10.000,00	R\$	100.000,00
4.2.33	Inspeccionar o estado e tensão das correias do ventilador e trocar se necessário;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.2.34	Substituir o respiro da válvula anoreide;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.2.35	Substituir o filtro de ar;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.2.36	Limpar e lavar o sistema de refrigeração;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.2.37	Limpar terminais elétricos;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.2.38	Lavar tanque de óleo combustível principal;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.2.39	Reapertar parafusos em geral;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.2.40	Lavar sistema de arrefecimento recolocando a água com tratamento anticorrosivo e anti-incrustante;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.2.41	Combater corrosão e retocar pintura;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.2.42	Inspeccionar o estado e tensão das correias do ventilador e trocar se necessário;	A	5	25.000,00	R\$	125.000,00
4.3 TRANSFORMADORES						
4.3.1	Inspeccionar, medir e anotar a tensão entre fases e fase/neutro/terra no secundário;	SM	260	6.000,00	R\$	1.560.000,00
4.3.2	Inspeccionar temperatura e o nível de óleo, analisar e substituir se necessário;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.3.3	Inspeccionar ruído e vibrações anormais e corrigir se necessário;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.3.4	Reapertar todas as conexões elétricas e mecânicas da MT e BT;	A	5	20.000,00	R\$	100.000,00
4.3.5	Inspeccionar o tanque, a tampa e radiadores quanto a vazamento e ferrugens, cordalhas de aterramento da carcaça, eliminando os danos e focos de corrosão com tratamento apropriado;	A	5	20.000,00	R\$	100.000,00
4.3.6	Analisar o óleo isolante com emissão de laudo;	A	5	20.000,00	R\$	100.000,00
4.3.7	Limpeza dos transformadores conforme procedimentos;	A	5	20.000,00	R\$	100.000,00
4.3.8	Realizar termovisão ou troca do óleo, se necessário;	A	5	20.000,00	R\$	100.000,00
4.4 ESTABILIZADORES E NO-BREAKS						
4.4.1	Inspeccionar o funcionamento do equipamento, verificando os níveis de tensão, corrente, frequência, condições de alarme, níveis de carga de baterias e se há ruídos e vibrações fora do padrão normal do equipamento e corrigir se necessário;	SM	260	5.000,00	R\$	1.300.000,00
4.4.2	Inspeccionar o estado geral das baterias, efetuando limpeza e lubrificação nos bornes de contato e corrigir se necessário;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.4.3	Inspeccionar o estado das chaves magnéticas, contadores e ventiladores, inspeção no barramento dos quadros, verificação geral do funcionamento elétrico e mecânico, aferição das correntes de saída, verificação do sistema redutor de saídas harmônicas de frequência elevada, verificação do estado dos capacitores e transformadores internos e corrigir se necessário;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.4.4	Inspeccionar as condições limites de carga dos equipamentos, desligando para limpeza geral, reaperto, testes;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.4.5	Simular a falta de energia da rede e inspeccionar todos os componentes e placas eletrônicas;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.4.6	Elfetuar a limpeza geral externa e interna dos quadros;	M	60	2.000,00	R\$	120.000,00
4.4.7	Energizar o circuito de controle, medir e anotar as tensões, efetuando seus ajustes e correções necessárias;	S	10	5.000,00	R\$	50.000,00
4.4.8	Inspeccionar cuidadosamente todos os componentes elétricos, eletrônicos e suas conexões: fusíveis, relés de alarme, contadores dos circuitos de partida dos inversores e ventiladores, filtros, chaves estática, retificadores e barramentos; ajustar, testar ou calibrar conforme especificações técnicas do fabricante;	S	10	5.000,00	R\$	50.000,00
4.4.9	Testar a partida do inversor e inspeccionar operação do inversor de impedância;	S	10	5.000,00	R\$	50.000,00
4.4.10	Verificação carga, reapertando porcas, parafusos, ligações, terminais, bornes de baterias, conexões de força de inversores e retificadores;	S	10	5.000,00	R\$	50.000,00
4.4.11	Inspeccionar as condições gerais do cubículo das baterias, efetuando a limpeza, desobstrução das grelhas de ventilação e retirada de materiais inflamáveis ou não utilizáveis;	S	10	10.000,00	R\$	100.000,00
4.4.12	Limpar o gabinete e/ou estantes com substância neutra, retirando ferrugens e efetuando retoques de pintura;	A	5	20.000,00	R\$	100.000,00
4.5 QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA (QTA)						
4.5.1	Inspeccionar módulo eletrônico e verificar o monitoramento de todos os instrumentos de medição (tensão das baterias, tensão e frequência das fases de rede e outros);	D	1825	1.500,00	R\$	2.737.500,00
4.5.2	Inspeccionar todas as ligações do quadro, as conexões e contatos elétricos e corrigir se necessário;	M	60	2.500,00	R\$	150.000,00
4.5.3	Inspeccionar todos os componentes, peças e materiais mecânicos e eletroeletrônicos dos QTA's, e o funcionamento em manual e automático do comando do microprocessador;	M	60	2.500,00	R\$	150.000,00
4.5.4	Inspeccionar funcionamento dos disjuntores da transferência, contatos dos contadores auxiliares, contatos dos relés, contatos fixos e móveis das chaves de transferência e as conexões com os cabos, funcionamento dos transformadores de medição, chaves reversoras, de partida e comutadoras e corrigir se necessário;	M	60	2.500,00	R\$	150.000,00
4.5.5	Inspeccionar operações dos relés de tempo, sobrecargas, falta de fase, frequência e sensor de tensão e corrigir se necessário;	M	60	2.500,00	R\$	150.000,00
4.5.6	Testar o conjunto (operação completa) em vazio, inspecionando ocorrências de defeitos e realizar ajustes e calibrações necessários;	M	60	2.500,00	R\$	150.000,00
4.5.7	Limpeza geral das canalistas de passagem do cabeamento;	M	60	2.500,00	R\$	150.000,00
4.5.8	Reapertar todas as conexões, disjuntores, barramentos, terminais de contatos e aterramento e demais ligações necessárias, lubrificando articulações de disjuntores e chaves;	T	20	5.000,00	R\$	100.000,00
4.5.9	Inspeccionar relação dos transformadores de corrente;	T	20	5.000,00	R\$	100.000,00
4.5.10	Limpeza geral do quadro;	T	20	5.000,00	R\$	100.000,00
4.5.11	Limpar barramentos;	A	5	22.000,00	R\$	110.000,00
4.5.12	Combater a corrosão e retocar pintura do quadro;	A	5	22.000,00	R\$	110.000,00
4.6 Painéis de MT e BT						
4.6.1	Operar o painel, efetuando as leituras dos equipamentos de medição e inspeccionar os disjuntores termomagnéticos para os andares e cuidar para que não superem as tabelas de amperagens máximas permitidas para cada pavimento;	D	1825	1.300,00	R\$	2.372.500,00
4.6.2	Inspeccionar as condições gerais de segurança no funcionamento do painel geral, verificar a existência de quaisquer anormalidades elétricas ou mecânicas (ruídos, odores) que possam caracterizar o mau funcionamento de algum componente e corrigir se necessário;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.6.3	Limpar externamente o painel;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.6.4	Inspeccionar os disjuntores: contatos de entrada e saída, isoladores e conexões e regulação e corrigir se necessário;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.6.5	Medir a amperagem nos fios de alimentação dos painéis;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.6.6	Inspeccionar os cabos de alimentação para prevenir aquecimento (estado de isolamento), aspectos da fiação e partes mecânicas e corrigir se necessário;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.6.7	Inspeccionar os disjuntores principais, realizando limpeza, medição da resistência dos contatos, resistência de isolamento, verificação dos acionamentos mecânicos ou do conjunto motorizado, reaperto dos bornes de ligação, fixação de equipamentos, componentes e ferragens e lubrificação dos contatos e corrigir se necessário;	A	5	22.000,00	R\$	110.000,00
4.6.8	Efetuar manobras de operação no quadro geral;	A	5	22.000,00	R\$	110.000,00
4.6.9	Realizar termografia, com emissão de relatório técnico;	A	5	22.000,00	R\$	110.000,00
4.7 QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO EM BT						
4.7.1	Verificar a fixação e estado dos barramentos e corrigir se necessário;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.7.2	Inspeccionar o funcionamento dos disjuntores, fusíveis, Dps e seus componentes internos e externos e corrigir se necessário;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.7.3	Inspeccionar o isolamento e o aquecimento dos condutores de alimentação e distribuição e corrigir se necessário;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.7.4	Inspeccionar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos, cheiros de queimados e outros e corrigir se necessário;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.7.5	Medir e controlar a tensão e corrente;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.7.6	Reapertar os parafusos de contato dos disjuntores, botões, e bornes de ligação;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.7.7	Efetuar a limpeza geral dos quadros, barramentos e conexões;	A	5	24.000,00	R\$	120.000,00
4.7.8	Realizar termografia, com emissão de relatório técnico;	A	5	24.000,00	R\$	120.000,00
4.8 QUADROS DE COMANDO (SISTEMAS: GASES MEDICINAIS/AR CONDICIONADO/CALDEIRAS - BOMBAS: HIDRÁULICAS/INCÊNDIO/SISTEMA FOTOVOLTAICO)						
4.8.1	Inspeccionar o funcionamento e realizar devidos ajustes das chaves magnéticas, disjuntor, disjuntor motor, contator, relés de sobrecarga, chaves, botoeiras, comutadores e sinalização de alerta;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.8.2	Inspeccionar o isolamento e continuidade do enrolamento das bobinas das chaves magnéticas e corrigir se necessário;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.8.3	Inspeccionar o estado de conservação das bases dos fusíveis e a existência de fusíveis queimados;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.8.4	Reapertar os parafusos de contato dos botões de comando;	M	60	3.000,00	R\$	180.000,00
4.9 REDE DE ELETRODUTOS E ELETROCALHAS						

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.9.1	Inspeccionar as tubulações aparentes (eletrodutos, eletrocalhas, canaletas etc.) efetuando limpeza, secagem (quando de presença de água ou umidade), reaperto/reforço das conexões/junções (caixas, luvas, buchas, etc.) e dos elementos de fixação (abraçadeiras, vergalhões, garras etc.);	S	10	12.000,00	R\$ 120.000,00
4.9.2	Eliminar focos de corrosão em tubulações aparentes e/ou caixas com tratamentos adequados (lixamento, aplicação de produtos anticorrosivos, pintura, e/ou substituir quando necessário);	S	10	12.000,00	R\$ 120.000,00
4.9.3	Inspeccionar a continuidade do aterramento de eletrodutos/eletrocalhas metálicas, promovendo, quando necessário, as ligações para sua equipotencialização com a terra	S	10	12.000,00	R\$ 120.000,00
4.10	FIACÕES E CONEXÕES ELÉTRICAS			-	
4.10.1	Inspeccionar o estado geral dos condutores e readequá-los conforme as normas específicas;	T	20	10.000,00	R\$ 200.000,00
4.11	ILUMINAÇÃO E TOMADAS				
4.11.1	Efetuar limpeza geral (interna e externa) do corpo da luminária, bem como troca ou substituição de componentes (refletor, difusor, aletas, compartimentos, reatores, lâmpadas, soquetes, bases e terminais) sempre que necessário;	M	60	20.000,00	R\$ 1.200.000,00
4.12	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA			-	
4.12.1	Testar o funcionamento através de autoteste do equipamento ou simulando uma falta e substituir caso necessário;	M	60	5.000,00	R\$ 300.000,00
4.13	SPDA E ATERRAMENTO			-	
4.13.1	Inspeccionar se o conjunto, base, mastro, captor e demais itens encontram-se em posição adequada na edificação e corrigir se necessário;	M	60	4.000,00	R\$ 240.000,00
4.13.2	Inspeção geral: estado das conexões e isoladores, caixas de inspeção, hastes e soldas exotérmicas da malha e dos para-raios, eletrodutos, cabos de descidas e aterramentos, procedendo a limpeza e reaperto;	M	60	4.000,00	R\$ 240.000,00
4.13.3	Inspeccionar/testar a continuidade/integridade dos condutores de interligação e descida, conferindo se apresentam as bitolas mínimas recomendadas, eliminando ligações e/ou contatos indevidos, verificando se a(s) conexão (ões) a terra se encontra em perfeito estado;	A	5	20.000,00	R\$ 100.000,00
4.13.4	Inspeccionar e medir malha de aterramento (normas ABNT/NEC25), com emissão de laudo técnico em conformidade com as normas vigentes indicando necessidades de atualizações ou correções com fornecimento de ART inclusive;	A	5	20.000,00	R\$ 100.000,00
4.14	SISTEMA DE CHAMADA DE ENFERMAGEM			-	
4.14.1	Inspeccionar as lâmpadas / led 's de sinalização do sistema de chamada de enfermagem e de portas;	SM	260	3.500,00	R\$ 910.000,00
4.14.2	Inspeccionar o funcionamento do conjunto dos pontos de chamada e reparar se necessário.	SM	260	3.500,00	R\$ 910.000,00
4.14.3	Inspeccionar o funcionamento da central efetuando simulações para garantir segurança e operacionalidade no sistema;	M	60	2.300,00	R\$ 138.000,00
4.14.4	Inspeccionar a sonoridade do sistema de chamada;	M	60	2.300,00	R\$ 138.000,00
4.14.5	Inspeccionar todas as ligações da central;	M	60	2.300,00	R\$ 138.000,00
4.14.6	Inspeccionar bornes, terminais e fusíveis, e substituir se necessário;	M	60	2.300,00	R\$ 138.000,00
4.14.7	Inspeccionar placas, fiação e painéis dos pontos de chamada;	M	60	2.300,00	R\$ 138.000,00
4.14.8	Verificar estado do conjunto (peras, botões, fiação) e substituir quando necessário;	M	60	2.300,00	R\$ 138.000,00
4.14.9	Reapertar todas as conexões dos disjuntores, barramentos, terminais de contato e aterramentos e demais ligações necessárias;	A	5	15.000,00	R\$ 75.000,00
4.14.10	Efetuar limpeza da placa com limpa contato e conservação da caixa da central de alarmes e quando necessário efetuar reparos;	A	5	15.000,00	R\$ 75.000,00
4.14.11	Efetuar limpeza do conjunto da sinalização de porta	A	5	15.000,00	R\$ 75.000,00
4.15	SISTEMA DE REDE AÉREA				
4.15.1	Verificar tensionamento dos cabos, cruzetas, alinhamento, fixação, isoladores e estalamento dos postes, para raios de linha e aterramentos, chaves Matheus e das chaves secas, corrigir/trocar (incluindo a locação de caminhão munck se necessário);	M	60	3.000,00	R\$ 180.000,00
4.15.2	Análise do óleo do transformador com emissão de laudo;	A	5	15.000,00	R\$ 75.000,00
4.15.3	Eliminar focos de corrosão com tratamento apropriado.	A	5	15.000,00	R\$ 75.000,00
4.15.4	Reapertar todas as conexões elétricas;	A	5	15.000,00	R\$ 75.000,00
4.15.5	Realizar termografia nas linhas e componentes	A	5	15.000,00	R\$ 75.000,00
4.16	CENTRAL E REDE DE TELEFONIA			-	
	Central de Telefonia			-	
4.16.1	Inspeccionar o funcionamento da central;	M	60	6.000,00	R\$ 360.000,00
4.16.2	Inspeccionar led's de sinalização, e corrigir se necessário	M	60	6.000,00	R\$ 360.000,00
4.16.3	Inspeccionar a sonoridade do sistema, e corrigir se necessário;	M	60	6.000,00	R\$ 360.000,00
4.16.4	Inspeccionar todas as ligações da central, inclusive baterias, e corrigir se necessário;	M	60	6.000,00	R\$ 360.000,00
4.16.5	Realizar levantamento do sistema, backup da base de dados da central;	M	60	6.000,00	R\$ 360.000,00
4.16.6	Efetuar limpeza da placa com limpa contato e conservação da caixa da central e quando necessários efetuar reparos;	A	5	23.000,00	R\$ 115.000,00
	Rede de Telefonia			-	
4.16.7	Inspeccionar quadros de distribuição e quando necessários efetuar reparos;	M	60	6.000,00	R\$ 360.000,00
4.16.8	Inspeccionar todas as ligações dos blocos BLI do quadro, e corrigir se necessário;	M	60	6.000,00	R\$ 360.000,00
4.16.9	Realizar medição e testes de sinal;	M	60	6.000,00	R\$ 360.000,00
4.16.10	Efetuar limpeza no interior dos quadros de distribuição, manter a conservação e organização e quando necessários efetuar reparos;	A	5	24.000,00	R\$ 120.000,00
4.17	SISTEMA FOTOVOLTAICO				
	Placas Solares				
4.17.1	Inspeccionar os painéis solares, observando indícios de sujeiras, danos, como arranhões, manchas ou rachadura, e se necessário, remover poeira, folhas e outros detritos que podem se acumular na superfície.	SM	260	3.500,00	R\$ 910.000,00
4.17.2	Limpar placas e tubos coletores, seguindo orientações do fabricante.	T	20	4.380,70	R\$ 87.613,94
	Sistema Elétrico				
4.17.3	Inspeccionar funcionamento do sistema e corrigir conforme orientações do fabricante: componentes elétricos como módulos, inversor (verificar sinais de sobreaquecimento, medir tensão, limpeza do ventilador, grade, trocador de calor e filtro), baterias, controladores de carga, cabos e conectores, dispositivos de proteção (verificar conectores dos cabos DC, sinais de sobreaquecimento, isolamentos, efetuar reapertos) e sistemas de monitoramento).	S	10	7.000,00	R\$ 70.000,00
4.17.4	Inspeccionar funcionamento do sistema e corrigir conforme orientações do fabricante: componentes mecânicos como suportes e estrutura de fixação, string box (torque nas conexões e parafusos, alinhamentos, reapertos, aterramentos e eliminar oxidações).	S	10	7.000,00	R\$ 70.000,00
4.17.5	Inspeccionar funcionamento do sistema: placas solares e corrigir conforme orientações do fabricante: parte traseira, células solares (verificar rachaduras, oxidação, bolhas e corrosão), proteção mecânica, verificar isolamentos e conexão dos cabos, efetuar medições.	S	10	7.168,15	R\$ 71.681,45
4.17.6	Realizar termografia, com emissão de relatório técnico dos módulos fotovoltaicos, string box e inversores fotovoltaicos;	S	10	5.900,96	R\$ 59.009,56
SUBTOTAL 4 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					R\$ 34.166.304,95
5	VAPOR E CONDENSADO/TROCADORES DE CALOR				
5.1	Boilers				
5.1.1	Operar o sistema, de acordo com as especificações do fabricante.	D	1825	400,00	R\$ 730.000,00
5.1.2	Inspeccionar temperatura e pressão do trabalho	D	1825	400,00	R\$ 730.000,00
5.1.3	Inspeccionar as ligações e conexões, detectando a existência de vazamentos, e fazer as correções necessárias.	D	1825	400,00	R\$ 730.000,00
5.1.4	Inspeccionar o gotejamento de água pelas gaxetas das bombas	D	1825	400,00	R\$ 730.000,00
5.1.5	Inspeccionar a existência de ruídos anormais elétricos ou mecânicos	D	1825	400,00	R\$ 730.000,00
5.1.6	Inspeccionar manômetros e pressostatos, e substituir se necessário.	D	1825	400,00	R\$ 730.000,00
5.1.7	Testar funcionamento e ajustes dos relés térmicos.	M	60	2.000,00	R\$ 120.000,00
5.1.8	Revisão dos sensores de segurança,	M	60	2.000,00	R\$ 120.000,00
5.1.9	Inspeção do anel de vedação do flexível de gás, e substituição se necessário.	M	60	2.000,00	R\$ 120.000,00
5.1.10	Revisão e limpeza dos injetores de gás;	T	20	5.000,00	R\$ 100.000,00
5.1.11	Limpar os filtros de água das bombas;	T	20	5.000,00	R\$ 100.000,00
5.1.12	Inspeccionar os terminais e o funcionamento das resistências;	T	20	5.000,00	R\$ 100.000,00
5.1.13	Inspeccionar e reapertar os terminais de ligação dos quadros de comando e controle.	T	20	5.000,00	R\$ 100.000,00
5.1.14	Inspeccionar e limpar internamente o corpo do aquecedor;	A	5	20.000,00	R\$ 100.000,00
5.1.15	Executar ensaios não destrutivos nas soldas dos tanques, emitir laudo e relatório técnico, com emissão de ART;	A	5	20.000,00	R\$ 100.000,00
5.1.16	Revisar e pintar base metálica/estrutura.	A	5	20.000,00	R\$ 100.000,00
5.2	Rede de tubulação interna e de distribuição (vapor, gás e etc)			-	
5.2.1	Inspeccionar cavaletes, manômetros, válvulas de redução de pressão, segurança e alívio;	D	1825	400,00	R\$ 730.000,00
5.2.2	Inspeccionar as ligações e conexões, detectando a existência de vazamentos e oxidação e corrigindo sempre que necessário;	D	1825	400,00	R\$ 730.000,00
5.2.3	Inspeccionar os indicadores de nível e temperatura;	D	1825	400,00	R\$ 730.000,00
5.2.4	Inspeccionar a tubulação	M	60	2.000,00	R\$ 120.000,00
5.2.5	Inspeccionar e limpar os filtros	M	60	2.000,00	R\$ 120.000,00
5.2.6	Reapertar válvulas para eliminar eventuais vazamentos	M	60	2.000,00	R\$ 120.000,00
5.2.7	Inspeccionar os purgadores	M	60	2.000,00	R\$ 120.000,00
5.2.8	Inspeccionar o isolamento térmico e corrigir quando necessário	M	60	2.000,00	R\$ 120.000,00
5.2.9	Inspeccionar as gaxetas das válvulas de controle	M	60	2.000,00	R\$ 120.000,00
5.2.10	Inspeccionar as válvulas aerodinâmicas	M	60	2.000,00	R\$ 120.000,00
5.2.11	Inspeccionar os registros gaveta	M	60	2.000,00	R\$ 120.000,00
5.2.12	Inspeccionar a válvula de esfera da descarga de fundo	M	60	2.000,00	R\$ 120.000,00
5.2.13	Realizar teste de estanqueidade das redes e tubulações, e emitir relatório técnico e laudo.	A	5	15.000,00	R\$ 75.000,00
5.3	Aquecedores (Elétricos/Gás)			-	
5.3.1	Operação e monitoramento dos sistemas de aquecimento	D	1825	400,00	R\$ 730.000,00
5.3.2	Revisão geral das instalações em conformidade as normas	M	60	2.000,00	R\$ 120.000,00
5.3.3	Revisão dos sensores de segurança e injetores de gás, incluindo limpeza;	M	60	2.000,00	R\$ 120.000,00
5.3.4	Substituição do anel de vedação do flexível de gás	S	10	15.000,00	R\$ 150.000,00
5.3.5	Revisão, regulação e limpeza do exaustor e do queimador	S	10	15.000,00	R\$ 150.000,00
5.3.6	Revisão do duto de exaustão e chaminé	S	10	15.000,00	R\$ 150.000,00

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUBTOTAL 5 - VAPOR E CONDENSADO/TROCADORES DE CALOR					R\$ 10.175.000,00
6	CÂMARAS FRIGORÍFICAS				
6.1	CÂMARAS FRIGORÍFICAS				
6.1.1	Efetuar leitura de temperatura interna das câmaras e registrar;	D	1825	800,00	R\$ 1.460.000,00
6.1.2	Inspeccionar o funcionamento das câmaras (ruídos, vibrações etc.);	SM	260	1.600,00	R\$ 416.000,00
6.1.3	Inspeccionar, limpar o acúmulo de gelo nos evaporadores e condensadores.	SM	260	1.600,00	R\$ 416.000,00
6.1.4	Inspeccionar superaquecimento da válvula de expansão	M	60	3.500,00	R\$ 210.000,00
6.1.5	Inspeccionar correias, mancais e rolamentos (alinhamento, estiramento), e trocar se necessário.	M	60	3.500,00	R\$ 210.000,00
6.1.6	Reapertar as conexões	M	60	3.500,00	R\$ 210.000,00
6.1.7	Inspeccionar isolamento da tubulação	M	60	3.500,00	R\$ 210.000,00
6.1.8	Inspeccionar e eliminar pontos de oxidação	M	60	3.500,00	R\$ 210.000,00
6.1.9	Completar carga de gás, se necessário;	M	60	3.500,00	R\$ 210.000,00
6.1.10	Inspeccionar o funcionamento das válvulas solenoides	M	60	3.500,00	R\$ 210.000,00
6.1.11	Inspeccionar estado das gavetas, trilhos, bandejas, portas, dobradiças, fechaduras das portas, além do estado de conservação das borrachas de vedação e corrigir quando necessário.	M	60	3.500,00	R\$ 210.000,00
6.1.12	Inspeccionar filtro de secador de linha de líquido refrigerante, e trocar se necessário.	M	60	3.500,00	R\$ 210.000,00
6.1.13	Inspeccionar atuação dos termostatos e pressostatos	M	60	3.500,00	R\$ 210.000,00
6.1.14	Medir a pressão de sucção e de descarga	S	10	15.000,00	R\$ 150.000,00
6.1.15	Inspeccionar vazamentos no sistema de gás, óleo e óleo de selo	S	10	15.000,00	R\$ 150.000,00
6.1.16	Inspeccionar funcionamento dos relés térmicos	S	10	15.000,00	R\$ 150.000,00
6.1.17	Efetuar limpeza geral	S	10	15.000,00	R\$ 150.000,00
SUBTOTAL 6 - CÂMARAS FRIGORÍFICAS					R\$ 4.992.000,00
7	SISTEMAS HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS				
7.1	Cavelete de Entrada de Água				
7.1.1	Registrar a leitura individualmente de cada hidrômetro e emitir relatório e gráfico com as devidas considerações para uma comparação com a conta fornecida pela concessionária; e inspeccionar as ligações e conexões, observando a existência de vazamentos e oxidação;	D	1825	1.700,00	R\$ 3.102.500,00
7.1.2	Inspeccionar o funcionamento do registro geral, examinando (posição aberta e fechada) as condições de vedação, as condições da caixa do hidrômetro, efetuando a limpeza interna, externa, lubrificação e reapertos das dobradiças e fechos da tampa, correções dos focos de corrosão e retoques de pintura;	SM	260	5.000,00	R\$ 1.300.000,00
7.2	Reservatório D'água				
7.2.1	Inspeccionar os níveis dos reservatórios e medidor de nível, torneira de boia, extravasor, sistema automático de funcionamento de bombas, registros de válvulas de pé e de retenção e corrigir se necessário;	D	1825	1.700,00	R\$ 3.102.500,00
7.2.2	Inspeccionar e lubrificar os registros e válvulas dos bambletes e inspeccionar a estanqueidade dos flanges e válvulas;	M	60	15.000,00	R\$ 900.000,00
7.2.3	Inspeccionar se há vazamentos e infiltrações de água através das paredes do reservatório;	M	60	15.000,00	R\$ 900.000,00
7.2.4	Inspeccionar se a reserva técnica de incêndio está sendo mantida, registrando o nível observado;	M	60	15.000,00	R\$ 900.000,00
7.2.5	Efetuar a análise de cloração nos reservatórios e caso necessário correção, efetuar a dosagem de cloro conforme normas técnicas.	M	60	15.000,00	R\$ 900.000,00
7.2.6	Efetuar análise de potabilidade da água em cada reservatório, mais os pontos críticos de consumo, executada por laboratório especializado, apresentando relatório juntamente com o laudo técnico sobre a qualidade da água;	S	10	40.000,00	R\$ 400.000,00
7.2.7	Efetuar análise de potabilidade da água nos sistemas de tratamento de água - osmose reversa portátil para os equipamentos de hemodiálise e da central de material esterilizado e seus pontos de consumos, apresentando relatório juntamente com o laudo técnico sobre a qualidade da água;	S	10	40.000,00	R\$ 400.000,00
7.2.8	Efetuar a limpeza geral do reservatório com produtos químicos adequados e fazer a desinfecção bacteriológica com emissão de certificado de limpeza assinado por profissional habilitado;	S	10	40.000,00	R\$ 400.000,00
7.2.9	Examinar as condições do alçapão de acesso ao reservatório, procedendo, se necessário, as melhorias na vedação, a eliminação de ferrugens e pintura geral;	S	10	40.000,00	R\$ 400.000,00
7.2.10	Inspeccionar a impermeabilização do reservatório e emitir relatório fotográfico com as devidas considerações;	A	5	100.000,00	R\$ 500.000,00
7.3	Tubulações e Conexões				
7.3.1	Inspeccionar o funcionamento e a estanqueidade dos registros, válvulas de retenção, ligações e conexões, observando a existência de vazamentos e oxidação, corrigindo se necessário;	SM	260	4.500,00	R\$ 1.170.000,00
7.3.2	Inspeccionar o estado de conservação dos metais, efetuando os reapertos e/ou colocação das peças de acabamento faltantes (canoplas, carpetas, volantes e etc)	M	60	15.000,00	R\$ 900.000,00
7.3.3	Inspeccionar os acoplamentos e os anéis de vedação, condições e fixação das tubulações flexíveis aparentes e corrigir se necessário;	M	60	15.000,00	R\$ 900.000,00
7.3.4	Inspeccionar o estado de conservação e fixação das tubulações aparentes, inibindo processos de deterioração com tratamento e pintura adequados;	T	20	20.000,00	R\$ 400.000,00
7.3.5	Inspeccionar o estado de conservação e de desobstrução da rede de esgoto, até a interligação com a rede pública.	T	20	20.000,00	R\$ 400.000,00
7.3.6	Inspeccionar quanto a estanqueidade da rede e dos acessórios.	S	10	42.000,00	R\$ 420.000,00
7.4	Captação de Águas Pluviais				
7.4.1	Inspeccionar o estado de conservação (caixa de inspeção, boca de lobo, e dutos) e o fluxo normal da rede de esgoto até a interligação com a rede pública, e limpar, se necessário.	M	60	15.000,00	R\$ 900.000,00
7.5	Inspeção de Esgoto				
7.5.1	Inspeccionar o funcionamento das bombas de recalque (principal e reserva) - esgoto e água fria, quanto ao sistema elétrico e mecânico;	D	1825	1.600,00	R\$ 2.920.000,00
7.5.2	Efetuar limpeza e conservação dos quadros de comando elétrico, inspeccionar operação das chaves magnéticas, dispositivos e circuitos de comando, medir e anotar corrente e tensão das fases e corrente de cada fase do motor;	M	60	5.400,00	R\$ 324.000,00
7.5.3	Efetuar manobras nas bombas e na rede de água;	M	60	5.400,00	R\$ 324.000,00
7.5.4	Inspeccionar dispositivos de medição, controle e segurança (como termostato, pressostato, manômetro, termômetro, temporizador e chave de fluxo e chave de boia) e trocar se necessário;	M	60	5.400,00	R\$ 324.000,00
7.5.5	Inspeccionar as luvas de acoplamento e corrigir se necessário;	M	60	5.400,00	R\$ 324.000,00
7.5.6	Inspeccionar as tubulações e as conexões hidráulicas e corrigir se necessário;	M	60	5.400,00	R\$ 324.000,00
7.5.7	Inspeccionar vazamentos de água nas gaxetas dos registros e válvulas (gaveta, globo e retenção), ajustando ou substituindo se necessário;	M	60	5.400,00	R\$ 324.000,00
7.5.8	Inspeccionar e limpar filtros de sucção;	M	60	5.400,00	R\$ 324.000,00
7.5.9	Inspeccionar e limpar sistema de drenagem da água;	M	60	5.400,00	R\$ 324.000,00
7.5.10	Inspeccionar estado de base e dos elementos anti-vibração (coxins) e corrigir se necessário;	M	60	5.400,00	R\$ 324.000,00
7.5.11	Inspeccionar estado do acoplamento motor/bomba e corrigir se necessário;	M	60	5.400,00	R\$ 324.000,00
7.5.12	Inspeccionar flanges, abraçadeiras, juntas flexíveis e mangotes e corrigir se necessário;	M	60	5.400,00	R\$ 324.000,00
7.5.14	Inspeccionar focos de oxidação e corrigir se necessário;	M	60	5.500,00	R\$ 330.000,00
7.5.15	Inspeccionar funcionamento dos purgadores de ar e corrigir se necessário;	M	60	5.500,00	R\$ 330.000,00
7.5.16	Inspeccionar mancais de rolamento e corrigir se necessário;	M	60	5.500,00	R\$ 330.000,00
7.5.17	Inspeccionar ruídos e vibrações anormais e corrigir se necessário;	M	60	5.500,00	R\$ 330.000,00
7.5.18	Limpar externamente a bomba e motor;	M	60	5.700,00	R\$ 342.000,00
7.5.19	Testar a inversão para a bomba reserva ou vice-versa, quando for o caso, por períodos alternados de uma semana;	S	10	40.000,00	R\$ 400.000,00
7.5.20	Inspeccionar o nível do óleo e completar se necessário;	S	10	40.000,00	R\$ 400.000,00
7.5.21	Inspeccionar selo mecânico, e trocar se necessário;	A	5	100.000,00	R\$ 500.000,00
7.5.22	Retocar pintura do conjunto moto bomba, tubulações e acessórios;	A	5	100.000,00	R\$ 500.000,00
7.6	Caixas de inspeção (passagem, gordura e esgoto)				
7.6.1	Inspeccionar o estado geral de conservação das caixas de inspeção/passagem, gordura e esgoto;	M	60	30.000,00	R\$ 1.800.000,00
7.6.2	Limpar as caixas de inspeção externas e internas do prédio, inclusive sucção;	S	10	65.000,00	R\$ 650.000,00
SUBTOTAL 7 - SISTEMAS HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS					R\$ 30.691.000,00
8	SISTEMA DE COMBATE À INCÊNDIO				
8.1	Rede de Hidrantes				
8.1.1	Inspeccionar a estanqueidade dos registros e válvulas e a existência de vazamentos e/ou outros defeitos nas tubulações e corrigir se necessário;	M	60	11.900,93	R\$ 714.056,01
8.1.2	Examinar o estado de conservação dos avisos de alerta e orientação e trocar se necessário;	T	20	11.791,14	R\$ 235.822,74
8.1.3	Limpar as caixas e compartimentos dos sistemas, lubrificando as partes móveis;	T	20	11.791,14	R\$ 235.822,74
8.1.4	Testar o sistema, verificando as condições dos registros, acoplamentos, mangueiras e demais componentes com emissão de relatório técnico;	S	10	14.885,49	R\$ 148.854,85
8.1.5	Efetuar teste hidrostático das mangueiras do sistema, emitir relatório técnico.	A	5	36.954,01	R\$ 184.770,05
8.2	Bombas de Incêndio				
8.2.1	Efetuar manobras e testes nas bombas	M	60	11.896,89	R\$ 713.813,51
8.2.2	Inspeccionar temperatura, ruídos e vibrações dos mancais e dos motores e corrigir se necessário;	M	60	11.896,89	R\$ 713.813,51
8.2.3	Realizar análise de vibração, através de sistema de sensores, com emissão de relatório técnico e realizar as correções necessárias;	M	60	11.896,89	R\$ 713.813,51
8.2.4	Inspeccionar alinhamento, acoplamento e funcionamento do conjunto de moto bomba, testar, lubrificar e realizar as correções necessárias;	T	20	11.785,97	R\$ 235.719,31
8.2.5	Inspeccionar válvulas gaveta, sucção, globo, retenção, descarga e by pass e corrigir se necessário;	T	20	11.785,97	R\$ 235.719,31
8.2.6	Inspeccionar tubulação, fixação, conexões e vazamentos e manobrar registros hidráulicos do princípio ao fim do curso;	S	10	14.885,49	R\$ 148.854,85
8.2.7	Retocar pintura do conjunto motobomba, tubulações e acessórios;	A	5	36.938,23	R\$ 184.691,14
8.3	Extintores de Água sob Pressão				
8.3.1	Efetuar a troca da carga (recarregar), substituindo os acessórios com defeitos e apresentar relatório técnico e certificado de manutenção. Se	A	5	36.426,81	R\$ 182.134,05
8.4	Extintores de Pó Químico				
8.4.1	Efetuar a troca da carga (recarregar), substituindo os acessórios com defeitos e apresentar relatório técnico e certificado de manutenção. Se	A	5	36.356,14	R\$ 181.780,72
8.5	Extintores de Dióxido de Carbono - CO2				
8.5.1	Efetuar a troca da carga (recarregar), substituindo os acessórios com defeitos e apresentar relatório técnico e certificado de manutenção. Se	A	5	37.112,21	R\$ 185.561,04
8.6	Sistema de Extração e Detecção de Fumaça				

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

8.6.1	Inspeccionar e testar o funcionamento de todos os elementos dos sistemas e corrigir se necessário;	S	10	14.620,63		R\$	146.206,27
8.6.2	Realizar a limpeza de todos os equipamentos do sistema;	S	10	14.620,63		R\$	146.206,27
8.6.3	Inspeccionar e o estado de conservação e limpeza dos chuveiros automáticos e trocar se necessário;	S	10	14.620,63		R\$	146.206,27
8.6.4	Executar teste com fumaça (smoke test) no sistema de detecção de fumaça e emitir relatório técnico	S	10	14.620,63		R\$	146.206,27
8.7	Portas Corta Fogo						
8.7.1	Inspeccionar o funcionamento das portas, e ajustar dispositivos anti-pânicos e ou fechaduras e lubrificar e ajustar molas (pressão);	M	60	12.161,78		R\$	729.706,71
8.7.2	Regulagens de eletroímãs e substituição se necessário;	M	60	12.161,78		R\$	729.706,71
8.7.3	Verificar estado de pintura e sinalização e corrigir se necessário;	T	20	12.966,98		R\$	259.339,51
8.7.4	Verificar as condições estruturais (paredes, enchimentos, perfis de acabamento);	T	20	12.966,98		R\$	259.339,51
8.8	Central de Alarme						
8.8.1	Inspeccionar o funcionamento da central (lâmpadas/led's de sinalização, sonoridade etc.) efetuando simulações para garantir segurança e operação;	M	60	11.755,82		R\$	705.349,01
8.8.2	Inspeccionar todas as ligações da central, inclusive baterias;	M	60	11.755,82		R\$	705.349,01
8.8.3	Inspeccionar bornes e terminais;	M	60	11.755,82		R\$	705.349,01
8.8.4	Reapertar todas as conexões dos disjuntores, barramentos, terminais de contatos e aterramento e demais ligações necessárias;	A	5	36.387,36		R\$	181.936,82
8.8.5	Efetuar limpeza da placa com limpa contato e verificar a conservação da caixa da central de alarmes e quando necessários efetuar reparos;	A	5	36.387,36		R\$	181.936,82
SUBTOTAL 8 - SISTEMA DE COMBATE À INCÊNDIO							R\$ 10.058.065,49
9	CONSTRUÇÃO CIVIL - SERVIÇOS COMPLEMENTARES						
BOLETIM REFERENCIAL DE PREÇOS CDHU							
		Un	Qtd	Material	Mão de Obra		Custo Total (R\$)
9.1	PINTURA						R\$ 17.559.205,00
33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	M	10000	29,55	27,92	R\$	574.700,00
33.02.060	Massa comida a base de PVA	M2	75000	3,04	13,43	R\$	1.235.250,00
33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M2	350000	11,97	23,98	R\$	12.582.500,00
33.10.020	Tinta látex em massa, inclusive preparo	M2	60000	7,96	23,98	R\$	1.916.400,00
33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	M2	5000	19,27	33,50	R\$	263.850,00
33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	5000	18,83	33,50	R\$	263.850,00
33.10.060	Epóxi em massa, inclusive preparo	M2	5000	94,38	50,25	R\$	723.150,00
33.09.020	Borracha clorada para faixas demarcatórias	M	500	1,60	1,81	R\$	1.705,00
9.2	DEMOLIÇÃO SEM REAPROVEITAMENTO						R\$ 502.155,00
03.01.020	Demolição manual de concreto simples	M3	500	-	249,81	R\$	124.905,00
03.02.040	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazio, incluindo revestimento	M3	500	-	90,84	R\$	45.420,00
03.03.020	Aspicoamento manual de piso, parede ou teto	M2	5.000	-	3,41	R\$	17.050,00
03.03.040	Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto	M2	2.500	-	6,81	R\$	17.025,00
03.03.060	Demolição manual de revestimento em massa de piso	M2	5.000	-	11,36	R\$	56.800,00
03.04.020	Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base	M2	1.000	-	13,63	R\$	13.630,00
03.08.040	Demolição manual de forro qualquer, inclusive sistema de fixação/tanugamento	M2	2.500	-	6,81	R\$	17.025,00
03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	M2	30.000	0,39	6,62	R\$	210.300,00
9.3	ALVENARIA E ELEMENTO DIVISOR						R\$ 1.260.193,00
14.10.111	Alvenaria de bloco de concreto de vedação de 14 x 19 x 39 cm - classe C	M2	1000	60,03	40,03	R\$	100.060,00
14.20.010	Vergas, contravergas e pilares de concreto armado	M3	100	941,84	952,14	R\$	189.398,00
14.30.110	Divisória cega tipo naval, acabamento em laminado fenólico melamínico, com espessura de 3,5 cm	M2	500	190,02	0,00	R\$	95.010,00
14.30.310	Divisória em placas de gesso acartonado, resistência ao fogo 30 minutos, espessura 100/70mm - 1ST / 1ST	M2	3000	171,17	0,00	R\$	513.510,00
14.31.030	Fechamento em placa cimentícia com espessura de 12 mm	m²	1.000	99,33	137,01	R\$	236.340,00
14.40.040	Recolocação de divisórias em chapas com montantes metálicos	M2	2.500	-	50,35	R\$	125.875,00
9.4	REPAROS EM FORROS						R\$ 1.586.540,00
22.02.010	Forro em placa de gesso liso fixo	M2	500	157,08	0,00	R\$	78.540,00
22.02.100	Forro em painéis de gesso acartonado, acabamento liso com película em PVC - removível	M2	2.000	105,20	0,00	R\$	210.400,00
22.02.030	Forro em painéis de gesso acartonado, espessura de 12,5mm, fixo	M2	10.000	127,87	0,00	R\$	1.278.700,00
22.20.040	Recolocação de forros apoiados ou encabados	M2	2.500	-	7,56	R\$	18.900,00
9.5	PISOS E REVESTIMENTOS						R\$ 7.544.710,00
17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	M3	500	484,93	358,88	R\$	421.905,00
17.01.060	Regularização de piso com nata de cimento e adesivo de alto desempenho	M2	5.000	9,14	27,45	R\$	182.950,00
11.05.030	Argamassa graute autovinificante de alta resistência	M3	250	3.918,83	63,69	R\$	995.630,00
17.02.020	Chapisco	M2	2.500	2,42	5,31	R\$	19.325,00
17.02.040	Emboço desempenado com espuma de poliéster	M2	2.500	10,08	20,14	R\$	75.550,00
17.02.220	Reboco	M2	2.500	2,01	12,59	R\$	36.500,00
17.03.040	Cimentado desempenado e alisado (queimado)	M2	2.500	10,35	32,73	R\$	107.700,00
17.05.020	Piso com requadro em concreto simples sem controle de fck	M3	500	489,74	483,26	R\$	486.500,00
18.06.142	Placa cerâmica esmaltada antiderrapante PEI-5 para área interna com saída para o exterior, grupo de absorção BIIa, resistência química A, assentado com argamassa colante industrializada	M2	1.500	116,07	17,16	R\$	199.845,00
18.06.143	Rodapé em placa cerâmica esmaltada antiderrapante PEI-5 para área interna com saída para o exterior, grupo de absorção BIIa, resistência química A, assentado com argamassa colante industrializada	M	500	19,40	1,37	R\$	10.385,00
18.11.042	Revestimento em placa cerâmica esmaltada de 20x20 cm, tipo monocolor, assentado e rejuntado com argamassa industrializada	M2	2.500	89,26	25,66	R\$	287.300,00
18.08.110	Revestimento em porcelanato técnico antiderrapante para área externa, grupo de absorção BIIa, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M2	1.500	150,97	45,32	R\$	294.435,00
18.08.120	Rodapé em porcelanato técnico antiderrapante para área interna, grupo de absorção BIIa, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M	500	27,04	12,59	R\$	19.815,00
18.08.152	Revestimento em porcelanato técnico natural para área interna e ambiente com acesso ao exterior, grupo de absorção BIIa, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M2	1.500	151,69	45,32	R\$	295.515,00
18.08.162	Rodapé em porcelanato técnico natural, para área interna e ambiente com acesso ao exterior, grupo de absorção BIIa, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M	500	27,17	12,59	R\$	19.880,00
18.08.170	Revestimento em porcelanato técnico polido para área interna e ambiente de médio tráfego, grupo de absorção BIIa, coeficiente de atrito I, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M2	1.500	202,03	45,32	R\$	371.025,00
18.08.180	Rodapé em porcelanato técnico polido para área interna e ambiente de médio tráfego, grupo de absorção BIIa, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M	500	35,93	12,59	R\$	24.260,00
21.02.060	Revestimento vinílico, espessura de 3,2 mm, para tráfego intenso, com impermeabilizante acrílico	M2	6.000	250,50	25,70	R\$	1.657.200,00
21.02.281	Revestimento vinílico flexível em manta homogênea, espessura de 2 mm, com impermeabilizante acrílico	m²	4.000	365,59	25,70	R\$	1.565.160,00
21.10.081	Rodapé hospitalar flexível em PVC para piso vinílico, espessura de 2 mm e altura de 7,5 cm, com impermeabilizante acrílico	M	5.000	52,27	8,87	R\$	305.700,00
17.10.200	Rodapé qualquer em granilite moldado no local até 10 cm	M	250	54,23	4,54	R\$	14.692,50
19.01.062	Portão e/ou soleira em granito, espessura de 2 cm e largura até 20 cm, acabamento polido	M	250	164,48	19,07	R\$	44.687,50
21.20.100	Recolocação de rodapé e cordões sintéticos	M	2.500	-	12,83	R\$	32.075,00
21.20.300	Fita adesiva antiderrapante com largura de 5 cm	M	2.500	16,77	13,82	R\$	76.475,00
9.6	REPAROS EM PAVIMENTAÇÃO E PASSEIOS						R\$ 89.152,00
54.01.010	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	M2	1.500	3,38	0,18	R\$	5.340,00
54.02.030	Revestimento primário com pedra britada, compactação mínima de 95% do PN	M3	150	123,05	14,53	R\$	20.637,00
54.04.350	Pavimentação em lajota de concreto 35 MPa, espessura 8 cm, tipos: raquete, retangular, sextavado e 16 faces, com rejunte em areia	M2	500	97,12	29,23	R\$	63.175,00
9.7	VIDROS						R\$ 697.156,00
04.14.020	Retirada de vidro ou espelho com raspagem da massa ou retirada de baguete	M2	1.000	-	16,56	R\$	16.560,00
26.01.020	Vidro liso transparente de 3 mm	M2	300	121,09	24,12	R\$	43.563,00
26.01.040	Vidro liso transparente de 4 mm	M2	300	144,59	24,12	R\$	50.613,00
26.01.060	Vidro liso transparente de 5 mm	M2	300	153,13	24,12	R\$	53.175,00
26.01.142	Vidro liso laminado colorido de 8 mm	M2	250	456,29	36,20	R\$	123.122,50
26.01.155	Vidro liso laminado colorido de 10 mm	M2	250	533,75	38,09	R\$	142.960,00
26.01.080	Vidro liso transparente de 6 mm	M2	500	178,71	31,56	R\$	105.135,00
26.02.020	Vidro temperado incolor de 6 mm	M2	250	214,81	31,56	R\$	61.592,50
26.20.010	Massa para vidro	M	2.500	2,90	4,97	R\$	19.675,00
26.20.020	Recolocação de vidro inclusive emassamento ou recolocação de baguetes	M2	1.000	14,52	66,24	R\$	80.760,00
9.8	ESQUADRIA, MARCENARIA E ELEMENTO EM MADEIRA						R\$ 537.945,00
04.08.060	Retirada de batente com quamião e peças lineares em madeira, chumbados	M	5.000	-	15,10	R\$	75.500,00
04.08.020	Retirada de folha de esquadria em madeira	UN	3.500	-	25,18	R\$	88.130,00
04.01.040	Retirada de divisória em placa de madeira ou fibrocimento com montantes metálicos	M2	1.000	-	35,93	R\$	35.930,00
23.20.040	Recolocação de folhas de porta ou janela	UN	3.000	-	80,56	R\$	241.680,00
23.20.060	Recolocação de quamião ou molduras	M	5.000	-	2,52	R\$	12.600,00
23.20.100	Batente de madeira para porta	M	1.500	40,97	15,10	R\$	84.105,00
9.9	ESQUADRIA, SERRALHERIA E ELEMENTO EM FERRO						R\$ 744.275,00
04.09.020	Retirada de esquadria metálica em geral	M2	5.000	-	35,25	R\$	176.250,00
04.09.060	Retirada de batente, corrimão ou peças lineares metálicas, chumbados	M	2.500	-	12,08	R\$	30.200,00
04.09.100	Retirada de guarda-corpo ou gradil em geral	M2	500	-	35,25	R\$	17.625,00
04.10.020	Retirada de fechadura ou fecho de embutir	UN	2.500	-	13,82	R\$	34.550,00
04.10.060	Retirada de dobradiça	UN	7.500	-	2,76	R\$	20.700,00
24.20.020	Recolocação de esquadrias metálicas	M2	5.000	-	50,35	R\$	251.750,00
24.20.040	Recolocação de batentes	M	2.500	2,05	13,09	R\$	37.850,00
24.20.090	Solda MIG em esquadrias metálicas	M	1.000	23,94	31,46	R\$	55.400,00
24.20.270	Tela em aço galvanizado fio 16 BWG, malha de 1" - tipo alamebrado	M2	2.500	37,02	10,96	R\$	119.950,00
9.10	FERRAGENS EM GERAL						R\$ 388.772,75
28.20.020	Recolocação de fechaduras de embutir	UN	2.500	-	75,53	R\$	188.825,00
28.20.060	Recolocação de dobradiças	UN	7.500	-	8,56	R\$	64.200,00
28.01.171	Mola aérea para porta, com esforço acima de 60 kg até 80 kg	UN	150	341,19	23,50	R\$	54.703,50
28.01.330	Mola hidráulica de piso, para porta com largura até 1,10 m e peso até 120 kg	UN	75	1.021,82	58,77	R\$	81.044,25
9.11	PVC / VINIL						R\$ 1.420.670,00
27.04.040	Corrimão, bate-maca ou protetor de parede em PVC, com amortecimento à impacto	M	2500	254,12	92,90	R\$	867.550,00
27.04.051	Protetor de parede ou bate-maca em PVC flexível, com amortecimento à impacto, altura de 150 mm	M	5000	61,26	13,82	R\$	375.400,00
21.20.410	Canteira adesiva em vinil de alto impacto	M	3000	55,72	3,52	R\$	177.720,00
9.12	ESCAVAÇÃO E REATERRO						R\$ 31.262,00
06.02.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,5 m	M3	350	-	68,13	R\$	23.845,50
06.11.040	Reaterro manual apoiado sem controle de compactação	M3	350	-	21,19	R\$	7.416,50

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.13	TRANSPORTE E MOVIMENTAÇÃO						R\$	1.209.970,00
05.04.060	Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado	M3	5.000	27,09	122,63		R\$	748.600,00
05.07.050	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal	M3	3.500	118,19	13,63		R\$	461.370,00
9.14	INSTALAÇÃO ELÉTRICA						R\$	4.181.918,25
04.19.120	Remoção de interruptores, tomadas, botão de campainha ou cigarra	UN	10.000	-	22,33		R\$	223.300,00
04.22.060	Remoção de transformador de potência trifásico até 225 kVA, a óleo, em poste singelo	UN	25	249,76	446,64		R\$	17.410,00
04.22.100	Remoção de tubulação elétrica aparente com diâmetro externo acima de 50 mm	M	5.000	-	27,92		R\$	139.600,00
04.22.130	Remoção de tubulação elétrica embutida com diâmetro externo até 50 mm	M	6.000	-	27,92		R\$	167.520,00
37.13.800	Mini-disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 32 A	UN	500	10,66	11,16		R\$	10.910,00
37.13.840	Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 32 A	UN	250	42,92	11,16		R\$	40.560,00
37.13.850	Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 40 A até 50 A	UN	250	43,37	11,16		R\$	13.632,50
37.13.880	Mini-disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 10 A até 32 A	UN	250	58,54	11,16		R\$	17.425,00
37.13.890	Mini-disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 40 A até 50 A	UN	250	63,61	11,16		R\$	18.692,50
37.13.900	Mini-disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 63 A	UN	250	69,85	11,16		R\$	20.252,50
37.13.910	Mini-disjuntor termomagnético, tripolar 400 V, corrente de 80 A até 125 A	UN	175	912,15	11,16		R\$	161.579,25
38.01.060	Eletroduto de PVC rígido rosável de 1" - com acessórios	M	2.500	11,31	33,50		R\$	112.025,00
38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1" - com acessórios	M	10.000	18,08	39,08		R\$	571.600,00
38.19.040	Eletroduto de PVC corrugado flexível leve, diâmetro externo de 32 mm	M	2.500	4,91	16,75		R\$	54.150,00
39.03.160	Cabo de cobre de 1,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - instalação em PVC 70°C	M	10.000	1,16	2,23		R\$	33.900,00
39.03.170	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - instalação em PVC 70°C	M	125.000	1,84	2,80		R\$	580.000,00
39.03.174	Cabo de cobre de 4 mm², isolamento 0,6/1 kV - instalação em PVC 70°C	M	25.000	2,81	3,35		R\$	154.000,00
39.03.178	Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 0,6/1 kV - instalação em PVC 70°C	M	25.000	4,05	3,91		R\$	199.000,00
39.30.010	Cabo torcido flexível de 2 x 2,5 mm², instalação em PVC antichama	M	5.000	4,94	13,96		R\$	94.500,00
39.18.120	Cabo para rede U/UTP 23 AWG com 4 pares - categoria 6A	M	7.500	18,37	8,55		R\$	201.900,00
40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	CJ	10.000	12,84	16,75		R\$	295.900,00
40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	CJ	3.500	13,92	16,75		R\$	107.345,00
40.04.090	Tomada RJ 11 para telefone, sem placa	UN	250	29,33	16,75		R\$	11.520,00
40.04.096	Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa	UN	500	67,40	16,75		R\$	42.075,00
40.04.470	Conjunto 2 tomadas 2P+T de 10 A, completo	CJ	500	32,77	16,75		R\$	24.760,00
40.04.140	Tomada 3P+T de 32 A, blindada industrial de sobrepor negativa	CJ	50	272,78	16,75		R\$	14.476,50
66.02.130	Porteiro eletrônico com um interfone	CJ	50	200,57	55,83		R\$	12.820,00
04.17.020	Remoção de aparelho de iluminação ou projetor fixo em teto, piso ou parede	UN	5.000	22,33	22,33		R\$	111.650,00
41.20.020	Recolocação de aparelhos de iluminação ou projetores fixos em teto, piso ou parede	UN	5.000	0,48	22,33		R\$	114.050,00
40.06.060	Condutela metálica de 1"	CJ	5.000	23,04	27,92		R\$	254.800,00
40.05.040	Interruptor com 2 teclas simples e placa	CJ	1.000	24,66	19,54		R\$	44.200,00
40.05.170	Interruptor bipolar paralelo, 1 tecla dupla e placa	CJ	200	53,79	19,54		R\$	146.660,00
40.05.180	Interruptor bipolar simples, 1 tecla dupla e placa	CJ	200	45,82	19,54		R\$	130.720,00
40.05.340	Sensor de presença para teto, com fotocélula, para lâmpada qualquer	UN	750	35,23	16,75		R\$	38.985,00
9.15	INSTALAÇÃO HIDRÁULICA						R\$	2.364.787,25
04.30.060	Remoção de tubulação hidráulica em geral, incluindo conexões, caixas e ralos	M	5.000	-	9,08		R\$	45.400,00
44.20.010	Sifão plástico sanfonado universal de 1"	UN	1000	10,07	22,33		R\$	32.400,00
44.20.060	Recolocação de aparelhos sanitários, incluindo acessórios	UN	1500	1,82	78,54		R\$	120.540,00
44.20.080	Recolocação de caixas de descarga de sobrepor	UN	500	-	139,58		R\$	69.790,00
44.20.220	Sifão de metal cromado de 1" x 1 1/2"	UN	500	162,39	27,92		R\$	95.155,00
44.01.800	Bacia sifonada com caixa de descarga acoplada sem tampa - 6 litros	UN	75	1.072,14	67,19		R\$	85.449,75
46.01.010	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 20 mm, (1/2"), inclusive conexões	M	500	6,06	27,92		R\$	16.990,00
46.01.030	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1/2"), inclusive conexões	M	2500	13,78	27,92		R\$	104.250,00
46.01.040	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 40 mm, (1 1/4"), inclusive conexões	M	500	23,78	27,92		R\$	25.850,00
46.01.050	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 50 mm, (1 1/2"), inclusive conexões	M	500	20,88	33,50		R\$	27.190,00
46.01.060	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 60 mm, (2"), inclusive conexões	M	500	44,49	39,08		R\$	41.785,00
46.01.070	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 75 mm, (2 1/2"), inclusive conexões	M	500	68,93	50,25		R\$	59.590,00
46.01.080	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 85 mm, (3"), inclusive conexões	M	500	84,03	55,83		R\$	69.930,00
46.02.010	Tubo de PVC rígido branco, pontas lisas, soldável, linha esgoto série normal, DN= 40 mm, inclusive conexões	M	2500	12,60	27,92		R\$	101.300,00
46.02.050	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões	M	2500	16,39	33,50		R\$	124.725,00
46.02.060	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 75 mm, inclusive conexões	M	500	28,27	50,25		R\$	39.260,00
46.10.200	Tubo de cobre classe E, DN= 22mm (3/4"), inclusive conexões	M	500	85,56	20,10		R\$	52.830,00
46.10.210	Tubo de cobre classe E, DN= 28mm (1"), inclusive conexões	M	500	101,77	25,13		R\$	63.420,00
46.10.220	Tubo de cobre classe E, DN= 35mm (1 1/4"), inclusive conexões	M	500	189,91	28,47		R\$	109.190,00
46.10.230	Tubo de cobre classe E, DN= 42mm (1 1/2"), inclusive conexões	M	500	244,22	28,47		R\$	136.345,00
46.10.240	Tubo de cobre classe E, DN= 54mm (2"), inclusive conexões	M	250	261,52	38,52		R\$	75.010,00
46.10.250	Tubo de cobre classe E, DN= 66mm (2 1/2"), inclusive conexões	M	250	426,81	45,23		R\$	118.010,00
44.20.100	Engate flexível metálico DN= 1/2"	UN	1.500	26,08	6,81		R\$	49.335,00
44.20.180	Reparo para válvula de descarga	UN	2.500	74,67	50,25		R\$	312.300,00
46.01.020	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4"), inclusive conexões	M	3.500	5,99	27,92		R\$	118.685,00
46.02.070	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões	M	2.500	24,51	61,41		R\$	214.800,00
47.01.020	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 3/4"	UN	300	56,95	33,50		R\$	27.135,00
47.02.030	Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 1" - linha especial	UN	250	87,37	25,12		R\$	28.122,50
9.16	IMPERMEABILIZAÇÃO						R\$	905.780,00
32.15.100	Impermeabilização em manta asfáltica plastomérica com armadura, tipo III, espessura de 4 mm, face exposta em geotêxtil com membrana acrílica	M2	5000	138,18	27,59		R\$	828.850,00
32.16.070	Impermeabilização em membrana à base de resina termoplástica e cimentos ativados com reforço em tela poliéster	M2	1.000	47,21	29,72		R\$	76.930,00
9.17	REPAROS, CONSERVAÇÕES E COMPLEMENTOS						R\$	450.000,00
Cotação 9.17.1	Reparos em mobiliários de marcenaria fixa e sob medida (bancadas, armários embutidos, painéis, prateleiras, portas de armários, gaveteiros, bancões, guichês e similares)	UN	2.500	30,00			R\$	75.000,00
Cotação 9.17.2	Reparos em mobiliários de escritório (mesas, cadeiras, estações de trabalho, arquivos, armários metálicos, divisórias leves, suportes e acessórios)	UN	10.000	30,00			R\$	300.000,00
Cotação 9.17.3	Retirada e instalação de acessórios e sistema de fixação tipo quadro, lousa, saboneteira, papelera, cortinas, e similares	UN	2.500	30,00			R\$	75.000,00
SUBTOTAL 9 - COMPLEMENTAR								R\$ 41.474.491,25
10	ROTINAS DE INSPEÇÃO							
10.1	Inspeção geral em todos os tipos de forros, pisos, soleiras, paredes e peltoris do imóvel	SM	260	10.310,08			R\$	2.680.621,95
10.2	Inspeção geral em todas as instalações elétricas dos ambientes, verificando tomadas, inclusive dispositivos de comando automáticos (fotocélula, timer, minuteria etc.), estado de espelhos/interruptores, iluminação interna e externa, existência de fiação exposta, etc. e corrigir se necessário	SM	260	10.388,89			R\$	2.701.110,38
10.3	Inspeção geral em todas as instalações hidráulicas, ralos e as caixas sifonadas, sifões das pias, tanques e lavatórios, regulagem das válvulas dos mictórios e sanitários, o desgaste dos reparos das válvulas de descarga, operação das torneiras automáticas (com funcionamento por sensores ou pressão), aferimento das regulagens de vazão, realizar reparos, substituições e limpeza se necessário;	SM	260	10.050,29			R\$	2.613.074,38
10.4	Inspeção e conservação e violação dos lacres dos abrigos de hidrantes/mangueira e substituir após inspeção se necessário, com o fornecimento do lacre;	SM	260	9.696,17			R\$	2.521.005,35
10.5	Inspeccionar em todos os conjuntos de extintores (água, pó químico e dióxido de carbono) se o pino de segurança e o selo de lacre não estão violados; se o manômetro acusa pressão suficiente para o perfeito funcionamento em situação emergencial;	M	60	18.101,23			R\$	1.086.073,82
10.6	Verificação geral das Centrais de Gases e suas baterias de cilindros reservas (incluindo instrumentação), executando as imediatas ações corretivas e visando prevenir eventuais falhas	M	60	18.101,23			R\$	1.086.073,82
SUBTOTAL 10 - ROTINAS DE INSPEÇÃO								12.687.959,71
11	ELEVADORES							
11.1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES COM COBERTURA DE PEÇAS	un/mês	57	3.000,00			R\$	171.000,00
11.2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MONTA CARGA COM COBERTURA DE PEÇAS	un/mês	8	2.000,00			R\$	16.000,00
11.3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ESCADA ROLANTE COM COBERTURA DE PEÇAS	un/mês	6	3.000,00			R\$	18.000,00
SUBTOTAL 11 - ELEVADORES PERÍODO 60 MESES								12.300.000,00
12	PEÇAS E SERVIÇOS							
12.1	PEÇAS							
12.1.1	Aquisição de peças	M	60	120.000,00				7.200.000,00
BDI (15,56) %								1.120.320,00
12.2	SERVIÇOS							
12.2.1	Contratação de serviços	M	60	30.000,00				1.800.000,00
BDI (22,61) %								406.980,00
SUBTOTAL 12 - PEÇAS E SERVIÇOS								10.527.300,00
13	TREINAMENTO DE BRIGADA							
13.1	Treinamento Intermediário teórico							
13.1.1	Curso teórico	A	5	300.000,00				1.500.000,00
13.2	Treinamento Intermediário prático							
13.2.1	Curso prático	A	5	300.000,00				1.500.000,00
SUBTOTAL 13 - TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO								3.000.000,00
14	SISTEMA DE SUPERVISÃO E AUTOMAÇÃO PREDIAL							
14.1	Verificar no supervisão EBO se todos os controladores estão comunicando normalmente (sem alarmes off-line) e garantir que o sistema de supervisão e servidores estão on-line e sincronizados (sem tela travada, sem falha de histórico).	D	1825	1.302,41			R\$	2.376.902,30

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

14.2	Conferir status operacional dos chillers, bombas, fan-coils, ventilação (em operação, setpoints corretos), grupos geradores e cabine primária no sistema (se há alarmes ou eventos de falha registrados), reservatórios e funcionamento das bombas de recalque.	D	1825	1.302,41		R\$	2.376.902,30
14.3	Validar alarmes e logs — checar se há falhas pendentes não tratadas (pressão, temperatura, comunicação, falha de inversor).	D	1825	1.302,41		R\$	2.376.902,30
14.4	Registrar leitura de parâmetros críticos (pressão de insuflação, temperatura de retorno, consumo elétrico dos chillers, etc.).	D	1825	1.302,41		R\$	2.376.902,30
14.5	Verificação visual dos quadros de automação (limpeza, fixação, presença de umidade, oxidação ou aquecimento anormal) e realizar as correções necessárias	M	60	2.971,47		R\$	178.288,29
14.6	Chechagem de tensões de alimentação e fusíveis dos módulos de controle e I/O.	M	60	2.971,47		R\$	178.288,29
14.7	Verificação de status de comunicação no supervisor EBO (módulos off-line, alarmes de rede, falhas de nós BACnet/Modbus/IP).	M	60	2.971,47		R\$	178.288,29
14.8	Teste funcional de pontos críticos (sinal de partida/parada de chiller, bomba, ventilador e iluminação).	M	60	2.971,47		R\$	178.288,29
14.9	Limpeza leve dos ventiladores e filtros dos servidores e switches destinados ao uso exclusivo do sistema automação	M	60	2.971,47		R\$	178.288,29
14.10	Backup automático verificado e validado (integridade e data de gravação).	M	60	2.971,47		R\$	178.288,29
14.11	Testar a comunicação entre controladores e supervisor (ping, resposta Modbus/BACnet, latência), comunicação redundante entre servidores e conferência de sincronismo de dados históricos, e realizar as correções necessárias	T	20	10.148,44		R\$	202.968,82
14.12	Reaperto dos terminais de energia e aterramento nos quadros de automação.	T	20	10.148,44		R\$	202.968,82
14.13	Inspeccionar inversores de frequência: limpeza de dissipadores, ventiladores, aferição de temperatura de operação e aferição de sensores de temperatura, pressão e atuadores proporcionais (verificação de offset e resposta linear).	T	20	10.148,44		R\$	202.968,82
14.14	Verificação de firmware e patches de segurança dos controladores e servidores destinados ao uso exclusivo do sistema automação	T	20	10.148,44		R\$	202.968,82
14.15	Limpeza completa dos quadros de automação e painéis de campo (remoção de poeira, reaperto geral e reaplicação de identificações).	S	10	19.862,52		R\$	198.625,16
14.16	Teste integral dos modos automáticos e manuais de operação (geradores, chillers, ventiladores, iluminação e reservatórios).	S	10	19.862,52		R\$	198.625,16
14.17	Verificação e substituição caso necessário de coolers e ventiladores internos de painéis e equipamentos eletrônicos.	S	10	19.862,52		R\$	198.625,16
14.18	Teste de lógicas críticas de segurança e alarmes (nível de reservatório, falha de bomba, falha de comunicação).	S	10	19.862,52		R\$	198.625,16
14.19	Revisão e atualização do banco de dados do supervisor (EBO) e sincronização de históricos.	S	10	19.862,52		R\$	198.625,16
14.20	Aferição dos medidores de energia e sensores de vazão/pressão.	S	10	19.862,52		R\$	198.625,16
14.21	Revisão geral de firmwares, drivers, atualização de versão e licenças dos softwares EBO e controladores de campo.	A	5	95.813,00		R\$	479.065,00
14.22	Teste e limpeza dos patch panels, switches, fibras ópticas e cabos de rede CAT6 (testes de perda e continuidade).	A	5	95.813,00		R\$	479.065,00
14.23	Aferição geral de instrumentos analógicos e transmissores de pressão/temperatura.	A	5	95.813,00		R\$	479.065,00
14.24	Validação do sistema de backup e recuperação de desastres em caso de como pane de servidor, perda de disco ou corrupção de dados (restore completo em ambiente de teste). Atualização, se houver, do projeto lógico do sistema de automação (diagramas de rede, endereçamento IP e BACnet, documentação técnica).	A	5	95.813,00		R\$	479.065,00
14.25	Realizar inspeção termográfica com emissão de relatório técnico.	A	5	95.813,00		R\$	479.065,00
SUBTOTAL 14 - GERENCIAMENTO / MANUTENÇÃO DE SISTEMA							14.976.290,20
15	GERENCIAMENTO/ MANUTENÇÃO DE SISTEMA						
15.1	Manutenção do SIGEIN - Predial	un/mês	60	20.000,00		R\$	1.200.000,00
SUBTOTAL 15 - GERENCIAMENTO / MANUTENÇÃO DE SISTEMA							1.200.000,00
16	GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE						
16.1	Gerenciamento e operação de equipamentos de Tecnologia em Saúde	M	60	119.000,00			7.140.000,00
16.2	Manutenção Corretiva em equipamentos de Tecnologia em Saúde	M	60	119.000,00			7.140.000,00
16.3	Manutenção Preventiva em equipamentos de Tecnologia em Saúde	M	60	275.000,00			16.500.000,00
16.4	Calibração em equipamentos de Tecnologia em Saúde	M	60	250.000,00			15.000.000,00
16.5	Aplicação dos testes e ensaios de segurança Elétrica em equipamentos de Tecnologia em Saúde	M	60	175.000,00			10.500.000,00
16.6	Qualificação de Desempenho em equipamentos de Tecnologia em Saúde	M	60	102.456,65			6.147.398,88
16.2	PEÇAS e SERVIÇOS - TECNOLOGIA EM SAÚDE						
16.2.1	Aquisição de peças	M	60	100.000,00			6.000.000,00
						BDI	15,56%
							933.600,00
SUBTOTAL 16 - GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE							R\$ 69.360.998,88
TOTAL MÓDULO SUL							307.840.122,85

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, Coordenadoria Geral de Administração, a CONCORRÊNCIA CGA Nº 90004/2026, ELETRÔNICA, critério de julgamento por menor preço, com lances, modo de disputa fechado e aberto, referente ao Processo SEI nº 024.00187002/2025-83, objetivando Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial, preditiva, preventiva, corretiva, emergencial e de assistência técnica das instalações e áreas físicas e gerenciamento de tecnologias em saúde e de equipamentos médicos hospitalares das unidades que compõem o Módulo Sul I. O encerramento dar-se-á **às 10:00 horas** do dia **03/07/2026**. O edital poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico <http://www.doe.sp.gov.br> e a versão completa contendo as especificações e demais documentos técnicos relacionados à licitação, poderá ser obtida, no prazo de **03 (três) dias úteis** igualmente de forma gratuita, por meio eletrônico, no site <https://saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/licitacoes-cgaobras/relacao-de-licitacoes/>.